

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARCELO AUGUSTO CARDOSO DE OLIVEIRA

**RDA:**

**Utilização do Novo Código de Catalogação pelas Bibliotecas das Universidades  
Federais Brasileiras**

GOIÂNIA  
2014

MARCELO AUGUSTO CARDOSO DE OLIVEIRA

**RDA:**

**Utilização do Novo Código de Catalogação pelas Bibliotecas das Universidades  
Federais Brasileiras**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Informação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Profa. Ma. Luciana Candida da Silva

GOIÂNIA  
2014

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)**

Oliveira, Marcelo Augusto Cardoso de.  
O48r RDA [manuscrito]: utilização do novo código de catalogação pelas bibliotecas das universidades federais brasileiras / Marcelo Augusto Cardoso de Oliveira. – 2014.  
69f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Luciana Cândida da Silva  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2014.

1. AACR2. 2. RDA – Código de catalogação. 3. Catalogação – Bibliotecas. 4. Regras de Catalogação. I. Título.

CDU: 023.5

MARCELO AUGUSTO CARDOSO DE OLIVEIRA

**RDA:**

**Utilização do Novo Código de Catalogação pelas Bibliotecas das Universidades  
Federais Brasileiras**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia apresentado à Faculdade de Informação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás para obtenção de grau de Bacharel, aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Profa. Ma. Luciana Candida da Silva  
Presidente da Banca – UFG

---

Profa. Laís Pereira de Oliveira  
Membro da Banca – UFG

Dedico este trabalho a todos aqueles que contribuíram, diretamente, e indiretamente para o meu desempenho, meus pais que me incentivaram e mostraram o caminho para eu alcançar meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

**À minha querida irmã,** Joyce Cristina Vicente de Oliveira, que esteve comigo desde o início, me apoiando e me amparando nas horas difíceis e que jamais me deixou fraquejar;

**À minha família,** que me guiou e me ensinou o certo. E se tenho que agradecer por quem sou, seria a eles;

**À minha orientadora,** Luciana Candida da Silva, que durante toda a jornada me acompanhou e acreditou que eu era capaz, mesmo sabendo que às vezes, ou quase sempre, eu estivesse perdido, e suportado as minhas crises existenciais;

**À minha bibliotecária predileta,** Marília Linhares Dias, por ser uma profissional competente e compromissada, por me ensinar que para exercer a profissão de bibliotecário, não basta sonhar, e que jamais devo desperdiçar o meu talento com aqueles que não o mereça;

**Às minhas amigas** Meyrielle e Jéssica Ferreira, por oferecerem sua ajuda, simplesmente em nome da amizade, na reta final do trabalho.

**Aos meus amigos,** que me salvaram por diversas vezes dos sufocos, que ouviram as minhas lamentações sobre as madrugadas sem dormir, pelos trabalhos feitos em cima da hora. Que mesmo durante as brigas, não me desamparavam, e me apoiavam;

**Aos professores,** que tiveram paciência comigo ao aguentar meus enjoos durante as aulas, e os meus relatos do ônibus todo início de aula;

**Enfim,** a todos que estiveram comigo nesses quatro anos. Os que permaneceram e os que passaram por casualidade, que levaram um pouco de mim e deixaram um pouco deles.

*"Aquele que não sabe reconhecer serviços*

*Também não sabe prestá-los".*

**(Cícero)**

## RESUMO

Apresenta a trajetória percorrida pela catalogação desde os seus primórdios, passando pela criação e atualizações do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) até o início do século XXI, com o surgimento das regras *Resource Description and Access* (RDA). Descreveu os objetivos, estrutura e aplicabilidade das regras de catalogação RDA para descrição de documentos tradicionais e informações digitais. Teve como objetivo deste estudo foi analisar como esta sendo utilizado o código de catalogação RDA pelas bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras, bem como identificar as perspectivas de uso dos catalogadores brasileiros. Utilizou-se da metodologia de levantamento bibliográfico para entendimento da aplicabilidade do RDA e estudo de campo para conhecer as perspectivas dos catalogadores. Os resultados obtidos evidenciam que os bibliotecários possuem conhecimento superficial sobre o assunto. Conclui-se que há a necessidade de cooperação entre os bibliotecários, principalmente para o desenvolvimento de estudos que capacitem os bibliotecários envolvidos e fortalecimento a classe bibliotecária.

**Palavras-chave:** Catalogação. RDA. Regras de catalogação. Bibliotecários.

## **ABSTRACT**

This work presents the trajectory traveled by cataloging since its beginnings, passing by the code AACR2 ( Anglo-American Cataloguing Rules 2ed ) until the beginning of the 21st century with the standard RDA (Resource Description and Access), dealing with its objectives, its new structure, based on model entities FRBR and the similarities with the AACR2. The new RDA standard has been developed to meet the demands generated in a context that presents new opportunities to access, view and use of information, introduced by the evolution of information and communication technologies. For this reason, it is considered that the need for integration between the practice librarians and new technologies for that as well, that meets the needs of information retrieval in actuality.

**Keywords:** Cataloging. RDA. Cataloguing Rules. Librarians

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AACR</b>	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i> / Código de Catalogação Anglo-Americano
<b>AACR2</b>	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, 2<sup>nd</sup> edition</i> / Código de Catalogação Anglo- Americano, Segunda Edição
<b>AACR2r</b>	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd Revised Edition</i> / Código de Catalogação Anglo- Americano, Segunda Edição revisada
<b>AACR3</b>	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, 3<sup>rd</sup> edition</i> / Código de Catalogação Anglo- Americano, Terceira Edição
<b>ALA</b>	<i>American Library Association</i> / Associação Americana de Bibliotecas
<b>ALCTS</b>	<i>Association for Library Collections and Technical Services</i> / Associação para Biblioteca de Coleções e Serviços Técnicos
<b>CRB</b>	Conselho Regional de Biblioteconomia
<b>DGM</b>	Designação Geral do Material
<b>FRAD</b>	<i>Functional Requirements for Authority Data</i> / Requisitos funcionais para dados de autoridades de assunto
<b>FRBR</b>	<i>Functional Requeriments for Bibliographic Records</i> / Requisitos funcionais para registros bibliográficos
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IFLA</b>	<i>International Federation of Library Associations</i> / Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
<b>ISBD</b>	<i>International Standard Bibliographic Description</i> / Descrição Bibliográfica Normalizada Internacional
<b>JSC</b>	<i>Joint Steering Committee</i> / Comitê Conjunto de Discussão
<b>LC</b>	<i>Library of Congress</i> / Biblioteca do Congresso americano
<b>MARC 21</b>	<i>Machine-Readable Cataloging</i> / Catalogação Legível por Máquina MARC 21= harmonização do USMARC com o CAN/MARC
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>NAL</b>	<i>National Agricultural Library</i> / Biblioteca Nacional da Agricultura
<b>NLM</b>	<i>National Library of Medicine</i> / Biblioteca Nacional de Medicina

<b>OPAC</b>	<i>Online Public Access Catalog</i> / Catálogo de acesso público online
<b>PCC</b>	<i>Program for Cooperative Cataloging</i> / Programa para Catalogação Cooperativa
<b>RDA</b>	<i>Resource Description and Access</i> / Recursos: Descrição e Acesso
<b>SIBI</b>	Sistema de Bibliotecas
<b>UNIFAP</b>	Universidade Federal do Amapá
<b>UNIR</b>	Universidade Federal de Rondônia
<b>UFAM</b>	Universidade Federal do Amazonas
<b>UFAL</b>	Universidade Federal de Alagoas
<b>UFSE</b>	Universidade Federal de Sergipe
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>UNB</b>	Universidade de Brasília
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFMS</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFU</b>	Universidade Federal Uberlândia
<b>UFJF</b>	Universidade Federal Juiz de Fora
<b>UFOP</b>	Universidade Federal de Ouro Preto
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Página da Web de acesso ao RDA <i>Toolkit</i> .....	32
Figura 2	Exemplo de descrição baseado nos conceitos do FRBR.....	35
Figura 3	Entidades do FRBR.....	36
Figura 4	Entidades do FRAD.....	38
Figura 5	AACR2 – ficha.....	40
Figura 6	RDA – Alterações: abreviaturas.....	41
Figura 7	RDA – Alterações: novos elementos.....	41
Figura 8	AACR2 – ficha - Alterações no campo de edição.....	42
Figura 9	RDA – Alterações: pontuação e transcrição.....	42
Figura10	RDA – Alterações: Designadores de Relacionamento.....	43
Figura11	Padrões bibliográficos na linha do tempo.....	44

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Instituições participantes.....	50
Gráfico 2	Tipos de Catalogação.....	52
Gráfico 3	Programa de catalogação compartilhada.....	52
Gráfico 4	Documentos Digitais.....	53
Gráfico 5	Utilização do Código RDA.....	54
Gráfico 6	Participação em eventos.....	56
Gráfico 7	Participação em grupos de estudos.....	57
Gráfico 8	Profissionais que leem sobre o assunto.....	57
Gráfico 9	Publicação de Artigos.....	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tarefas FRBR e FRAD.....	39
Quadro 2	Universidades que participaram do questionário.....	50
Quadro 3	Número de unidades SIBI das Instituições.....	51
Quadro 4	Número de Catalogadores por SIBI das Instituições.....	53
Quadro 5	Motivos da não adoção do código RDA.....	55

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	17
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	18
3.1	OBJETIVO GERAL.....	18
3.2	OBJETIVO ESPECIFICO.....	18
<b>4</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	19
4.1	A TRAJETÓRIA DA CATALOGAÇÃO.....	19
4.2	<i>RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS</i> – RDA.....	27
<b>4.2.1</b>	<b>Surgimento do RDA</b> .....	27
<b>4.2.2</b>	<b>Estrutura do RDA</b> .....	34
<b>4.2.3</b>	<b>Comparação entre AACR2 e RDA</b> .....	39
<b>5</b>	<b>MEDOTOLOGIA</b> .....	46
5.1	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	46
5.2	EMBASAMENTO TEÓRICO DA METODOLOGIA.....	46
5.3	CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	46
5.4	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	46
5.5	COLETA DE DADOS.....	47
<b>5.5.1</b>	<b>Técnica de Coleta de Dados</b> .....	47
<b>5.5.2</b>	<b>Instrumento de Coleta de Dados</b> .....	47
<b>5.5.3</b>	<b>Teste-Piloto</b> .....	48
<b>5.5.4</b>	<b>Realização da Pesquisa Estruturada</b> .....	49
5.6	TRATAMENTO DOS DADOS.....	49
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	49
6.1	PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	49
6.2	PARTE II – USO DAS REGRAS DO CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO RDA...	54
6.3	PARTE III – CAPACITAÇÃO PARA O USO DAS REGRAS DO CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO RDA.....	56

6.4	PARTE IV – PERSPECTIVAS DO CATALOGADOR QUANTO AO USO DO RDA .....	58
6.5	CONCLUSÃO DAS RESPOSTAS OBTIDAS NA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	60
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63
	<b>ANEXO A</b> – Questionário: RDA: Utilização do Novo Código de Catalogação pelas Bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras.....	67

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi elaborado com objetivo de contribuir para comunidade acadêmica, com estudo dos códigos de catalogação, comparando o *Anglo American Cataloguing Rules 2 edition* (AACR2) com sua nova atualização, nomeado como *Resource Description and Access* (RDA).

Para tal, fora realizada uma pesquisa quantitativa, que objetivou descobrir o maior número possível de bibliotecas universitárias federais que têm conhecimento das mudanças ocorridas no código de catalogação em vigência. Para tanto foram encaminhados questionários para as principais universidades do Brasil, buscando saber o que o profissional bibliotecário espera ou conhece em relação às mudanças ocorridas no atual código AACR2.

O código AACR2 é utilizado, principalmente, na descrição de dados e posterior facilidade de recuperação, enquanto o RDA traz uma proposta não apenas de organização do acervo, mas também de preservação da memória. O código RDA permite a descrição do objeto digital, em que a obra acompanhará a sua descrição física. Campelo (2006) afirma que a conservação da memória supre, portanto, a necessidade de tradição de meios de transmissão de modelos que irão garantir a continuidade da sociedade, afastando o medo da perda de memória, medo de amnésia coletiva.

Modesto (2010) aponta em sua obra, sobre RDA, elementos que não existem no AACR2, utilizado de modo recorrente. O RDA possui características únicas pelo fato de ser especificamente voltado para os recursos digitais, formato de vídeo, recursos arquivísticos, características de braile, URL's, identificadores de entidades língua ou idioma das pessoas, etc.

Considerando estas informações e com o intento de conhecer um pouco mais sobre os benefícios deste novo código, este estudo incorrerem um diálogo com a literatura que discorre sobre a evolução dos modelos da catalogação até a atualidade. Para isso, estruturar-se o tópico intitulado Revisão da Literatura que trata da trajetória da catalogação chegando a RDA e sua estrutura e finalizando com uma breve comparação entre o AACR2 e a RDA.

O tópico Metodologia apresenta o procedimento de coleta de dados demonstrando as análises oriundas da utilização da RDA como base para a elaboração de questionários, que serão aplicados aos bibliotecários catalogadores das Universidades Federais do Brasil, visando levantar o conhecimento e as expectativas destes acerca da RDA.

E por fim, na última parte são exibidas as considerações finais.

## 2 JUSTIFICATIVA

A catalogação por anos tem sido feita seguindo as regras do Código de Catalogação Anglo-Americano - Segunda Edição (AACR2) com o intuito de padronizar a descrição das informações contidas nos documentos informacionais, a fim de possibilitar a sua busca e recuperação.

Anteriormente, os formatos eram mais estáveis de se compreender e categorizar a informação impressa, além disso, a informação registrada era o meio dominante na comunicação e o objeto de trabalho predominantemente do profissional bibliotecário. Mande; Lyra; Simon (1997) afirmam que a informação gravada em suporte impresso ainda é conceituada como a forma mais segura de guardar e armazenar a informação. Dessa forma, as AACRs foram criadas para descrever documentos físicos, e atender as demandas de organização da informação registrada. Contudo, o acesso à informação estocada é lento, difícil e de pouco rendimento. Segundo Mande; Lyra; Simon (1997) para todas as etapas da manipulação da informação é necessária à presença do ser humano, e suas limitações na capacidade de aquisição de dados e processamento de grande volume constituem o principal gargalo do processo. Esse mecanismo é especialmente inconveniente para o armazenamento da informação dinâmica e de atualização constante. Com o advento e intensificação do uso da internet, a organização da informação tornou-se uma condição primária de convivência. Esse aprofundamento dos recursos digitais no cotidiano é segundo Santana (2013) estratégica a necessidade de desenvolver novos meios para representar e individualizar conteúdos, que permitam o intercâmbio, a interoperabilidade, o acesso e a recuperação de recursos informacionais. Diante dessas premissas, as atualizações do código de catalogação foram inevitáveis, pois para Modesto (2008) o universo da informação registrada tem passado por mudanças desde que o AACR2 foi publicado pela primeira vez, em 1978.

Dessa forma, após várias tentativas de revisão do atual AACR2, decidiu-se por um novo padrão que atendesse a organização de recursos digitais, o RDA que apresenta diretrizes que cobrem a descrição de todos os recursos digitais e análogos, tendo por resultado os registros que podem ser usados em uma variedade de ambientes digitais. A proposta do RDA é ser sucessor do AACR2.

Observa-se uma extrapolação dos limites dos tradicionais catálogos para o acesso informacional. Segundo Alvarenga (2006) situações novas advindas de tecnologias, resulta em grandes mudanças no ambiente dos sistemas de representação da informação. Nesse

contexto, assiste-se a um gradual envolvimento de bibliotecários no processo de mudanças do AACR2 para o novo código de catalogação RDA. Nesse sentido, este estudo pretende-se conhecer as perspectivas de uso do RDA pelas bibliotecas das universidades federais brasileiras, bem como descobrir quais as bibliotecas universitárias federais estão utilizando o novo código, se não conhecer os motivos do não uso do código RDA.

Ao final esta pesquisa pretende contribuir para a literatura da área, no que se refere a atualização profissional respondendo a seguinte pergunta: as bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras estão utilizando o novo código de catalogação RDA?

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar como está sendo utilizado o código de catalogação RDA pelas bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras, bem como conhecer as perspectivas de seus catalogadores.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Apresentar o código de catalogação RDA e sua aplicabilidade em comparação ao AACR2;
- Conhecer e entender a utilização das regras RDA nas universidades federais, enfatizando os requisitos funcionais para registros bibliográficos e dados de autoridades (FRBR e FRAD);
- Conhecer as perspectivas de parte dos bibliotecários catalogadores das Universidades Federais Brasileiras quanto ao RDA.

## 4 REVISÃO DE LITERATURA

### 4.1 A TRAJETÓRIA DA CATALOGAÇÃO

A catalogação é uma prática de descrição física de um item informacional, destinada a tornar a informação acessível em uma linguagem universal. De acordo com Baptista (2007) essa prática está ancorada em tecnologias e em metadados estruturados para realização das etapas do processo e para fins de recuperação, uso e reuso da informação.

Comumente, a catalogação é compreendida como uma técnica de elaborar catálogos por meio da descrição detalhada das características físicas de um item para fins de recuperação de documentos. Segundo Costa (2011, p. 2) “é por meio dos catálogos que os usuários de uma biblioteca recuperam as obras de um acervo, facilitando a busca por assuntos, autores ou títulos específicos e economizando o tempo do leitor”.

Para incluir um novo material no catálogo, o bibliotecário deve ater-se a leitura técnica de alguns elementos como a capa, página de rosto, colofão, encartes, apêndices, anexos, glossários, bibliografias, contêiner e outros. Extrair dados destas páginas requer habilidades humanas de análise atenta, pois são elas as depositárias de certos elementos que compõem a catalogação como o título, indicação de responsabilidade, edição, manufatura, datas, números de identificação universal e notas. Estes elementos são hoje utilizados para qualquer entidade e não apenas para livros.

Contribuindo com essa idéia, Mey (1987 apud SILVEIRA, 2007, p. 34) afirma que “catalogar é a operação de elaborar o registro de um item, ou seja, descrever suas características e determinar seus pontos de acesso, permitindo sua identificação e escolha pelo usuário”.

Considerando esses pressupostos, tem-se que o objetivo primário de se catalogar é permitir a busca padronizada de um item, mesmo que este esteja localizado em lugares distintos e não tendo como requisito a língua local, o código possui uma linguagem técnica própria de caráter universal.

Para Campelo (2006) a catalogação é a descrição das características de documentos que formam as coleções de bibliotecas, a qual foi criada com o intuito de padronizar as informações e promover o intercâmbio de informações.

Desta forma, a função da catalogação, segundo Mey (1995, p.7), é “permitir ao usuário localizar um material específico entre várias manifestações mesmo que não tenha

conhecimento prévio, além de permitir que as bibliotecas conheçam o acervo de outras unidades de informação que não a sua própria”.

Em um amplo contexto, a catalogação tem como finalidade decodificar por mensagens um determinado item bibliográfico. Mey define catalogação como sendo:

o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários. (MEY, 1995, p. 5)

Catalogar não é só reproduzir de forma mecânica os dados que oferece as páginas iniciais da obra, julga-se que seja um trabalho para o qual são necessários conhecimentos específicos, tanto teóricos quanto científicos e práticos. Assim, muitas das técnicas empregadas na catalogação se justificam na medida em que cada biblioteca tem outras como suas usuárias com as quais deve trocar informações sobre seu acervo.

Mey (1995, p. 7) afirma que “a catalogação deve possuir as seguintes características: integridade, clareza, precisão, lógica e consistência”, para que não haja problemas durante a busca, e que o usuário ou profissional de informação consiga a recuperação necessária sem prejuízos.

Mesmo não considerando o tipo de catálogo adotado pela biblioteca é necessário prepará-lo prestando atenção nos seguintes itens: economia na preparação, na manutenção, economizando recursos e tempo, uniformidade das informações, atualidade, atentando-se para que o catálogo deva estar plenamente de acordo com o acervo, sempre atualizado, como afirma Mey (1995). Outro fator importante é torná-lo de fácil manuseio, tanto para consulta e manutenção.

Segundo Barbosa (1978) para estabelecer regras na redação de fichas catalográficas é necessária uma organização uniforme do catálogo para a biblioteca, mas especifica ainda que este deva permitir encontrar um livro do qual se conheça o autor, o título ou assunto, mostrando se existe uma coleção deste determinado autor ou uma edição da obra.

Em linhas gerais, os catálogos objetivam instrumentalizar a comunicação entre a biblioteca e o usuário e tem como função permitir:

encontrar recursos bibliográficos em uma coleção real ou virtual; identificar um recurso bibliográfico selecionando as informações desejadas ou distinguir uma ou mais com características similares; selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado as necessidades do utilizador (escolher um requisito que corresponda as suas necessidades no que diz respeito ao conteúdo, formato físico e etc. ou rejeitar os que sejam inadequados as suas necessidades); adquirir ou obter acesso a um item descrito ( ou seja, disponibilizar informações ao utilizador que permitirá adquirir um exemplar através de compra, empréstimo, etc.) (BRUNA; ALVES, 2011, p. 2-3).

Com o avanço das tecnologias da informação e com o aumento da produção intelectual, sentiu-se a necessidade de aperfeiçoar o processo de catalogação, e conseqüentemente, acrescentar ao termo a organização de acervos virtuais por considerar que a atualidade não se trata apenas de exemplares físicos. Além disso, com o advento da Internet, esta sendo utilizada para fins de estudo, tornou-se virtual a realização de inúmeras atividades que antes eram obrigatoriamente presenciais.

Não se sabe ao certo como era feita a catalogação na antiguidade, porém o ato de catalogar se iniciou bem antes da invenção da imprensa e pode ser percebido em bibliotecas na Antiguidade. Registros posteriores, principalmente de babilônicos, que elaboravam sua escrita em tabletes de argila, também fizeram alusão a uma estrutura de catálogo. Porém, mesmo estes não se sustentam como tal. “Em escavações no Egito foram encontrados tabletes de argila, escrito em língua babilônica, datados em 1400 a. C., e que se referiam a títulos de obras, mas ainda se desconhece se seria propriamente um catálogo.” (MEY, 1995, p. 12).

Em Alexandria, entre 260- 240 a.C., Calímaco principia o que talvez fosse o esboço de um catálogo metódico. Barbosa apud Costa et al, explica que:

sabe-se que a primeira escrita a respeito da catalogação ou da relação de obras de uma coleção, apareceu na Biblioteca de Assurbanípal, em Assíria datando entre 668-626 a.C. Outra manifestação digna de registro foi em Alexandria (260-240 a.C.), onde Calímaco realizou, na Biblioteca de Alexandria, a primeira iniciativa para a organização de um catálogo metódico (BARBOSA apud COSTA et al, 2011, p. 2).

Porém, Mey (1995) afirma que “não se sabe ao certo se o trabalho de Calímaco era uma bibliografia ou um catálogo, ou se servia a ambas as finalidades. Há referências posteriores a *pinakes* dos sábios de Pérgamo, mas não restaram vestígios dessas obras”.

Campello (2006, p. 1) cita um exemplo desse tipo de trabalho realizado por Calímaco (310 ac-235 ac), poeta, que copilou um dos primeiros instrumentos de organização bibliográfica que se tem notícia, o *Pinakes*.

*Pinakes* era dividido por assuntos: Retórica, direito, literatura épica, tragédia, comédia, poesia, medicina, matemática, ciências naturais e miscelânea. Em cada uma dessas divisões os autores eram arranjados em ordem alfabética e sobre cada um havia breve nota bibliográfica e uma análise de seu trabalho (CAMPELLO, 2006, p. 1-2).

Como não existia uma pessoa específica para exercer a profissão do bibliotecário na época Canfora apud Cabral (2010, p. 20) afirma que:

homens de confiança eram escolhidos pelos reis para cuidar da biblioteca, trabalho este que consistia em classificar, dividir em livros, copiar, anotar, acrescentar comentários às obras, contribuindo assim para o aumento incessante do acervo.

Eram os chamados bibliotecários que conheciam a biblioteca profundamente, com todas as suas estantes, corredores e milhares de rolos armazenados cuidadosamente, um trabalho que permitia o acesso tão restrito às mais diversas obras (CABRAL, 2010, p. 20).

Mey (1995, p. 13) ressalta que, “no século VI, são Bento ensinou seus monges em Monte Cassino a copiar manuscritos. Por alguns séculos, os mosteiros passaram a ser os únicos preservadores, copistas e catalogadores de livros embora, segundo Strout, não com objetos de estudos”.

A autora afirma ainda que “catálogos mais dignos de nota surgem no século IX. Na Alemanha a biblioteca de Richenau copilou vários catálogos entre 822 e 842, que indicavam as obras contidas em cada volume e o número dos volumes ou rolos em que cada obra estava contida” (MEY, 1995, p. 14).

O início do “século XV não trouxe grandes mudanças, mas surgem pela primeira vez as remissivas (registros que remetem a outros registros ou obras), embora de forma primitiva, no catálogo compilado por Amplonius Ratnick de Berka entre 1410 e 1412.” (MEY, 1995, p. 15). Porém, em meados do século, Gutenberg, com o aprimoramento da imprensa, contribuiu para a produção em massa de obras que anteriormente eram reproduzidas em pequenas quantidades. Com isso, os catálogos tornaram-se chaves importantes para consultas e pesquisas deixando de ser apenas índices bibliográficos ou listas.

Mey assegura que “o século XVIII é marcado pelo desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo, o que levou a um crescimento substancial das bibliotecas na Europa.” (MEY, 1995, p.18).

Somente no século XIX que a normalização da forma de se elaborar catálogos sofreu um grande avanço. Isso se deu paralelamente ao aumento do número do material informacional, em que muitos trabalhos científicos foram desenvolvidos, desta forma tratou-se de se dar os primeiros passos rumo ao desenvolvimento de regras que normalizariam a elaboração dos catálogos e determinaria o desenvolvimento da catalogação.

O início do século XX, “[...] vem mudar a perspectiva dos códigos: a impressão e venda de fichas catalográficas pela *Library of Congress* (LC) dos Estados Unidos. Ao invés de cada biblioteca fazer sua própria catalogação de seus livros, a LC passou a vender os cabeçalhos, também por ela indicados” (MEY, 1995, p. 23).

Porém, o que ainda não se tinha acertado era que a catalogação só poderia ser um instrumento útil e eficiente em comunicar o que há no acervo para seus usuários se fosse normalizado, pois o catálogo seria mais útil quando padronizado, ou seja, quando houvesse

um código universal que o regesse. Isto porque, na prática, o público que se dirige a ele não é único e sim diverso e todos precisam interpretar a mesma coisa ao lê-lo.

Vários países passaram a empreender movimentos favoráveis a acordos internacionais que visassem a normalização dos códigos de catalogação. E em meio a essas inquietações aconteceu em 1961 a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, a Conferência de Paris, que objetivava alcançar a normalização bibliográfica que atendesse a demanda internacional. A partir de então, iniciou-se um processo de revisão dos princípios de catalogação.

Esta Conferência limitou-se, porém, a um âmbito muito específico, focando-se a um produto particular: o catálogo de autores e de títulos, abordando apenas a questão da determinação de pontos de acesso. E em 1967, nos Estados Unidos da América, surge a 1ª edição da “*Anglo American Cataloging Rules*” ou AACR. “Obedecendo a um conjunto internacionalmente aceito de princípios, lançou-se os alicerces que possibilitariam o intercâmbio de dados bibliográficos. Foi o primeiro passo num processo de normalização.” (OLIVER, 2011, p. 8).

Era visível a necessidade de um código de catalogação que fosse aceito e padronizado internacionalmente, pois o computador aparecia como a solução de problemas em bibliotecas e um código que contemplasse, com uma linguagem padrão, que um livro pudesse ser catalogado apenas uma vez em seu país e ter um intercâmbio entre outras bibliotecas acelerou os estudos em torno da normalização (ALBUQUERQUE, 2006, p. 72) .

Conforme Silva; Baptista (2013, p.2) “na década de 60, do século passado, a Biblioteconomia, foi marcada com o desenvolvimento de recursos computacionais e com ele a necessidade de se acompanhar e usufruir de seus benefícios”. Ainda segundo Silva; Baptista (2013) esse foi um período assinalado pelo surgimento do projeto *Machine Readable Cataloging Record* (MARC), sendo ele uma maneira de codificar um registro bibliográfico de forma que um computador possa interpretá-lo. Segundo Silva (2009), o MARC ajustou os recursos tecnológicos da época à catalogação tradicional. Para Zafalon (2009), o MARC é um acrônimo de *Machine-Readable Cataloging*, que numa tradução livre significa registro de catalogação legível por computador. Conforme Furrrie (2000), a informação não pode ser digitada diretamente no computador para produção de um catálogo automatizado. O computador requer um meio para interpretar a informação contida em um registro bibliográfico. De acordo com Silva; Baptista (2013, p. 4) “o formato MARC define uma estrutura para registros bibliográficos que permite o seu armazenamento em meio magnético e

tratamento adequado pelos sistemas de computador, contendo recursos que lhe permitem identificar e interpretar a informação contida em um registro catalográfico”.

Este formato visava automatizar os seus registros adicionando as informações bibliográficas aos computadores em um formato padrão, recuperando dados e transformando processos e tarefas rotineiras em atividades menos trabalhosas. Porém, o acesso era exclusivo à Biblioteca do Congresso. Em 1968 é concebido um novo formato, MARC II, colocando-o à disposição de todas as bibliotecas que quisessem participar.

a entrada do formato MARC contribuiu para o desenvolvimento da área e permitiu um avanço nas atividades desenvolvidas pelas unidades de informação ao permitir a troca de registros entre computadores. O formato permitiu uma massiva troca de registros entre bibliotecas – rotina até então impossível ou de grande complexidade de ser realizada – além das funções de catalogação na criação centralizada de registros em bancos de dados compartilhados [...]. (SERRA, 2013, p. 2).

Entretanto, vários formatos MARCs nacionais foram surgindo, iguais apenas na estrutura. Daí a necessidade de criar um formato universal: o UNIMARC. Este foi criado pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), e deverá ser utilizado apenas na troca de informação ou utilizado como formato nacional de um país que ainda não tenha o seu.

IFLA foi fundada em Edimburgo, Escócia, em 1927, quando associações de bibliotecas de 14 países europeus e os Estados Unidos assinaram uma resolução, na celebração do 50º aniversário da Associação de Bibliotecas do Reino Unido. [...] Os objetivos da IFLA são: [...] representar biblioteconomia em assuntos de interesse internacional; [...] promover a educação continuada do pessoal da biblioteca; [...] desenvolver, manter e promover as diretrizes para os serviços de biblioteca. [...] Sua função básica é encorajar, patrocinar e promover a cooperação internacional, o debate e a investigação em todos os campos da atividade bibliotecária e a compartilhar suas descobertas com a comunidade bibliotecária como um todo [...]. (FEDERAÇÃO, 2013)

Em 1967, foi criada a primeira edição do AACR para uso de catálogos em fichas.

Já em 1969,

[...] editou-se no Brasil a tradução para o português da versão americana com o título de Código Anglo-Americano de Catalogação, ou AACR, como é chamado. Este código passou a ser adotado em quase todas as escolas de biblioteconomia brasileiras, praticamente extinguindo a diversidade de códigos no ensino. Em 1969, outro evento marca substancialmente o caminho da padronização: a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague, com a participação de 32 países. A RIEC trouxe mudanças significativas para os códigos e as práticas da catalogação. (MEY, 1995, p. 28-29).

Procurando entrar em consenso quanto a criação de descrições bibliográficas em escala internacional, seguindo os Princípios de Paris, a IFLA, na década de 1970, elaborou

uma norma de descrição que passa a ser aceita, a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD). “As ISBDs representavam um conjunto consensual de elementos descritivos e um acordo quanto à forma que se convencionou adotar para a apresentação dos dados bibliográficos. Todos os países contavam agora com um ponto de partida” (OLIVER, 2011, p. 9).

A partir de então, tanto a Biblioteca Nacional como a Fundação Getúlio Vargas realizavam estudos para implantar o AACR e com ele organizar seus acervos. E em 1978 surgiu a segunda versão do AACR, comumente chamado de AACR2.

Esse passou a ser usado na década de 1980. “O AACR2 é um código de catalogação usado de forma internacional e atualmente em uso conjunto com o formato MARC o que favorece o intercâmbio de dados bibliográficos e catalográficos de forma internacional.” (BRUNA; ALVES, 2011, p.11).

O AACR2 foi pensado para ser um código padrão de catalogação que indicaria as regras e normas de descrição de um material, utilizado por catalogadores e demais profissionais que representaria a informação de um item de forma única e definitivamente técnica.

Segundo Ribeiro (2012; SILVA 2014), o AACR2 é um conjunto de regras para descrições bibliográficas, construção e atribuição dos pontos de acesso (cabeçalhos) representando pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, além de títulos uniformes representando obras e expressões. Ainda segundo os autores o código de catalogação AACR2 tem como objetivo a normalização da catalogação a nível internacional, subsidiando o tratamento da informação. Utiliza-se sistemas de pontuação e a catalogação pode ser feita pelo suporte físico da obra.

O AACR2 facilitou o intercâmbio de informações por ter uma padronização das descrições em nível mundial. Hoje, esse código é usado e aceito no âmbito internacional juntamente com o formato de intercâmbio MARC21 para a catalogação automatizada. Albuquerque afirma que,

no projeto do MARC 21 foi estabelecido que normas internacionais fossem adotadas para a padronização e maior facilidade de trabalho com o MARC. Normas, são modelos que se constituem por regras e que têm como fim definir quais as características técnicas um objeto ou produto deve conter para que exista compatibilidade e possam ser usados internacionalmente. As essenciais são: AACR2, Norma ISO 2709, Norma ANSI Z39.2 e o Protocolo de Comunicação Z39.50 (ALBUQUERQUE, 2006, p. 115).

A evolução do AACR2 deu-se da seguinte evolução:

- Publicado em 1978, com três revisões em língua inglesa;
- A tradução de 2002 para o português revista a redação e a numeração das regras e a inclusão de novos exemplares. (SILVA, 2014 apresentação de slides)

Mas, muito foi discutido e ponderado, pois “a estrutura do AACR foi concebida com vistas na descrição de metadados para catálogos manuais, em papel, e por isso, em algumas aplicações eletrônicas, o código pode apresentar, naturalmente, algumas limitações.” (TABOSA; PAES, 2012, p. 80). Logo foi previsto para 2008 o AACR3, conforme afirma Tabosa e Paes (2012):

[...] uma terceira edição, AACR3, que começou a ser desenvolvida em 2004. Em 2005 juntamente com o *Committee of Principals* (CoP), o JSC percebeu a necessidade de uma nova abordagem, adotou-se então a idéia de um padrão estruturado para o ambiente digital. Na mesma ocasião o JSC resolve adotar um novo título para o padrão, o qual deixaria de ser AACR3 e passaria a ser *Resource Description and Access* (RDA). (TABOSA; PAES, 2012, p. 81).

Como o que acontece com tudo que é novo, o RDA também esbarra na resistência de parte da comunidade biblioteconômica. Então, algumas medidas foram adotadas para amenizar parte das objeções. Tabosa e Paes (2012) explicam que,

foi extraído o termo “Anglo-Americano”, visando facilitar uma aceitação mundial, tendo em vista que o termo restringia o código a alguns países; retirou-se também o termo “catalogação” e acrescentou-se o termo “Descrição de Recursos e Acesso”, devido ser um termo bastante utilizado pelos produtores de metadados e acrescentou-se o termo “Acesso” para dar uma visão de um padrão flexível, capaz de descrever diferentes tipos de recursos: analógicos ou digitais. (TABOSA; PAES, 2012, p. 81).

Para Santos; Corrêa (2009, p.16) “as atualizações foram incorporando os novos suportes informacionais, porém, surgiu a necessidade do estabelecimento de novos padrões conceituais para atender à demanda gerada pela globalização e pelos avanços tecnológicos.”

Com esses avanços ocorridos no meio tecnológico, a comunidade biblioteconômica vê-se obrigada a adequar-se as novas demandas da informação. Pois, no cenário informacional surgiram novos tipos de documentos, conteúdos, novas formas de acesso, de suportes para o armazenamento, todos visando o acesso mais prático a informação, e é neste cenário que surge a RDA. Segundo Silva (2012)

a RDA é a nova norma de catalogação que foi desenvolvida com a pretensão de substituir as AACR2, mas toma como base a norma anterior e é pensada para os conteúdos no ambiente digital.

É baseada em um conjunto de instruções práticas, que é fundamentada em um conceito teórico que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova padronização.

A RDA é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os

novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer (SILVA, 2012, p. 114-115).

## 4.2 RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS – RDA

### 4.2.1 Surgimento da RDA

No ano de 1997, em Toronto no Canadá, ocorreu a Conferência Internacional sobre o futuro e os Princípios do Desenvolvimento do AACR. O evento foi realizado para a criação de uma atualização para o AACR2 levando-o para o AACR3, assim permanecendo com o mesmo nome e dando continuidade às séries do código. “Com o objetivo de revisar os princípios-base do AACR para determinar se uma revisão fundamental era apropriada e viável e, caso fosse, aconselhar na direção e na natureza dessa revisão.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009 apud ASSUMPCÃO; SANTOS, 2013, p. 215). Nessa mesma conferência originou-se o modelo conceitual *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), que modelaria uma nova estrutura para os Registros Bibliográficos.

Os trabalhos aconteceram sob o respaldo do Comitê Conjunto de Discussão para Revisão das Regras de Catalogação Anglo-Americanas (*Joint Steering Committee for Revision of the Anglo-American Cataloging Rules – JSC*). Desde então, entre 1998 até 2004, ocorreram várias atualizações no AACR2, procurando atender as novas estruturas tecnológicas da época e suprir as necessidades da comunidade biblioteconômica. “A tradução de 2002 para o português teve revista a redação e numeração das regras e inclusão de novos exemplos” (ANZOLIN, 2007, p. 3), sem contar as alterações de 2003, 2004 e 2005.

Eram esperadas para 2003 algumas alterações. Seria relativamente modestas contendo apenas algumas pequenas modificações nas regras existentes, como uma revisão completa do índice com as regras. Também seriam emitidas páginas de substituição para o texto de Revisão de 2002. As revisões do capítulo 9, que foram para incluir a eliminação da Área 3 (MARC campo tag 256) e outras alterações nas regras para descrição física de recursos eletrônicos, não foram concluídas a tempo. Esperou-se então elas aparecerem nas emendas de 2004. (ALCTS, 2003)

A atualização ocorrida em 2004 superou as pretensões iniciais. “O comitê denominou AACR3 essa nova revisão”. (OLIVER, 2011, p. 54) Foi uma concordância feita a

partir do AACR2 de 2002 revisada em 2004. Este veio com o intuito de tornar as regras mais acessíveis e harmonizando com

- pequenas bibliotecas que precisam fazer a catalogação padrão, mas não precisam de todos os detalhes da estrutura e do conteúdo do texto integral;
- os alunos que precisam aprender sobre a catalogação, mas não pretendem ser catalogadores;
- com os profissionais envolvidos em cópia de catalogação;
- catalogadores internacionais que exigem um resumo da prática AACR2. (AACR, 2008. Tradução livre, página da web)

E como acrescenta Oliver (2011) com

[...] as regras e com os conceitos e a terminologias utilizados no modelo FRBR. [...] O conceito de tipo de material estava passando pelo processo de sua eliminação e substituição por uma nova estrutura, que fosse logicamente mais rigorosa e extensível, destinada à descrição técnica e de conteúdo dos recursos. (OLIVER, 2011, p. 54-55)

Em abril de 2005 anunciou-se uma mudança de enfoque. O comitê decidiu-se por deixar os limites da estrutura das AACR2 e partir para uma harmonização mais completa com o modelo FRBR. Desta forma, altera-se também o nome, mudando para *Resource Description and Access*.

Segue abaixo o resumo com as principais alterações propostas em 2005.

- Regras A.2A, A.4A, e A.30 foram revistos para cobrir capitalização de letras simples usados para representar palavras, e prefixos em termos compostos de várias carta, numa posição para entidades coletivas e em títulos, por exemplo "eBay" e "drkoop.com, Inc."
- Regra A.40 a capitalização alemã foi revista em função das alterações da ortografia alemã.
- A definição de "ilustração colorida" no Glossário foi revisto.
- A palavra turca "bir" foi retirada do Anexo E, artigos iniciais.
- Pequenas mudanças decorrentes da elaboração da nova edição do *cartográficos Materiais: A Manual de Interpretação para AACR2* foram feitas. (JSC RDA, 2009. Tradução livre, página da web)

Em 2005, por exemplo, em sua última atualização, alteraram-se os seguintes pontos:

- A nova atualização das regras inclui instruções para a capitalização de letras únicas, usadas para representar palavras e por múltiplas letras em prefixos, compondo termos.
- As alterações decorrentes para a preparação de uma nova edição de *Materiais Cartográficos: um manual de interpretação para AACR2*.
- Uma lista de Atualizações (AACR2.ORG, 2006, tradução nossa).

Como se pensou em uma terceira edição das AACR, denominado de AACR3, o código começou a evoluir em 2004. No entanto, ocorreu uma nova revisão que porventura

acarretou alterações em algumas áreas deste. Um exemplo dessas mudanças foi a “atualização de 2004 da edição inglesa, foi excluída a área 3 para Recursos eletrônicos”. (ANZOLIN, 2007, p. 19) E, “em 2005, após a divulgação de alguns rascunhos do novo padrão e o recebimento de comentários sobre ele, notou-se que se tratava de uma nova obra e optou-se por um novo nome: *Resource Description and Access* (RDA).” (ASSUMPCÃO, SANTOS, 2013, p. 205-206), como já mencionado anteriormente.

Tabosa e Paes (2012, p. 81), explicam que para facilitar e viabilizar uma aceitação mundial, o termo “Anglo-Americano” foi extraído, assim como “Catalogação”. Em seus lugares foi acrescentado o termo “Descrição de Recursos e Acesso”, pelo fato de ser um termo bastante utilizado pelos produtores de metadados. O termo “Acesso” deu uma visão de um padrão flexível, capaz de descrever diferentes tipos de recursos: analógicos ou digitais. Baptista (2007) discorre que:

[...] o novo padrão acabou sendo renomeado para *Resource Description and Access*, numa tentativa de enfatizar a ruptura com o passado o desejo de prosseguir com a tradição das AACR ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de uma mudança bem mais significativa. [...] A RDA não terá êxito se não levar em conta as mudanças fundamentais ocorridas no ambiente informacional. (BAPTISTA, 2007, p. 5).

Em 2007, o FRBR passa a adotar novos elementos que incorporam novos dados a estrutura da RDA, a saber: obras, expressões, manifestações e itens. Além das tarefas do usuário que são: encontrar, identificar, selecionar e obter.

Foi publicado em 2009 o relatório final de um novo modelo denominado *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), que se originou dos estudos continuados sobre o modelo FRBR de 1997. Isto porque o FRBR passou a ser linguagem comum entre a comunidade catalográfica internacional. Desta forma, o FRAD se origina como extensão do FRBR, mas voltando-se para os dados de autoridade. Oliver ( 2011, p. 19) explica que, “a IFLA decidiu também criar o FRBR *Review Group* com a finalidade de cuidar da manutenção da família FRBR de modelos conceituais e estimular sua aplicação.” Assim estava finalizado o conteúdo base da RDA, que agora passaria a dar um enfoque maior aos interesses do usuário.

Com o intuito de disseminar e facilitar o uso do novo código estabelecido foi lançado em junho de 2010 uma ferramenta *on-line*. Assumpção e Santos (2013, p. 206) explica que está “acessível por meio de um navegador mediante assinatura, o *RDA Toolkit*, oferece acesso ao RDA e a um conjunto de ferramentas para os catalogadores, dentre elas a última versão do AACR2r”. Silva et al. define a *RDA Toolkit* como sendo:

[...] o portal que contém todo o conteúdo da norma, em linha, além de disponibilizar também as AACR2 com links para a RDA, destacando diferenças e mudanças entre

os padrões. À medida que os conteúdos vão sofrendo atualizações, o *Toolkit* disponibiliza online aos assinantes todas as novidades. Em suma, esse *kit* de ferramentas estará disponível ao catalogador via Web. (SILVA et al., 2012, p. 116 – 117).

Oliver (2011, p.91), afirma que “fazer a transição para RDA implica aprender o conteúdo da norma e aprender a usar a nova ferramenta da rede.” Assim, em junho de 2011, o Comitê Executivo de Coordenação do Teste da RDA publica o relatório final realizado nos Estados Unidos da América (EUA). Por ter uma abrangência nacional, a realização do teste levou três anos entre o planejamento e a realização, a partir da reunião inicial do Comitê criado para este fim, em 2008. Destes trabalhos, dois documentos base foram elaborados:

§ *Report and Recommendations of the U.S. RDA Test Coordinating Committee Executive Summary, 13 June 2011.*

§ *Report and Recommendations of the U.S. RDA Test Coordinating Committee public release, 20 June 2011.* (informação verbal)<sup>1</sup>.

Como não é uma tarefa fácil de ser realizada por catalogadores individuais ou por uma instituição, bibliotecas nacionais de alguns países se disponibilizaram para implantar a RDA em suas respectivas instituições de ensino. Dentre estas estão: a biblioteca Australiana, a Canadense, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América.

Estas bibliotecas acordaram em realizar essa implantação após uma fase de testes empreendida principal principalmente pela LC, em conjunto com a *National Library of Medicine* e a *National Library of Agriculture*. “As bibliotecas nacionais da Austrália, Canadá e Grã-Bretanha também testarão a RDA, mas neste caso serão testes informais de preparação para a implantação nacional e para subsidiar as decisões de implantação” (OLIVER, 2011, p. 109).

Modesto (2011, p. 1) afirma que “a finalidade do teste foi o de avaliar a RDA em ambientes de informação e de bibliotecas, com vistas às implicações técnicas, operacionais e financeiras”. Com isto, pode-se averiguar que o processo de avaliação apresentou a seguinte estrutura:

- 26 instituições parceiras envolvidas (incluídas: *Library of Congress* (LC), *National Agricultural Library* (NAL) e *National Library of Medicine* (NLM). Composição diversificada, contando com agência de utilidade bibliográfica, editora, escola de biblioteconomia, arquivo, bibliotecas públicas e escolares, além de especializadas e universitárias. As bibliotecas universitárias totalizaram cerca de 10 agências bibliográficas, entre as 26 homologadas para o processo avaliativo.
- O teste tomou como recursos de aplicação: 10.570 registros bibliográficos criados; 12.800 registros de autoridade; 8.000 pesquisas submetidas para

<sup>1</sup> Artigo publicado pelo Doutor em Comunicação Fernando Modesto em sua página na Web em Outubro de 2011.

recuperação. Alguns analistas consideraram pouco para avaliar o instrumento em um universo bibliográfico diversificado, outros opinaram que a avaliação será continua por meio da sua adoção na atividade prática (MODESTO, 2011, p. 1).

A partir destes testes, os responsáveis, considerando os objetivos e os resultados obtidos, atingiram a seguinte avaliação:

- Fornecer uma estrutura consistente, flexível e extensível para todos os tipos de recursos documentais: objetivo cumprido.
- Compatibilidade com padrões bibliográficos internacionais estabelecidos: o objetivo foi parcialmente atendido. O Comitê aguarda pelo esforço de harmonização entre JSC (*Joint Steering Committee for Development of RDA*), ISBD (*International Standard Bibliographic Description*), e a comunidade ISSN (*International Standard Serial Number*).
- Ser útil dentro da comunidade biblioteconômica, e prover capacidade de utilização por outras comunidades de informação: o teste não cobriu este objetivo. O Comitê tem claro que outras comunidades documentais exploram o uso da RDA. Comunidades de web semântica e do padrão *Dublin Core* desenvolvem perfis de aplicação com base na RDA.
- Permitir aos usuários encontrar, identificar, selecionar e obter os recursos necessários às suas necessidades de informação: objetivo parcialmente atendido. As opiniões dos usuários foram variadas em relação aos registros RDA e a forma como atendem suas necessidades. Considera-se que o teste não verificou totalmente as tarefas dos usuários.
- Compatibilidade com as descrições e os pontos de acesso em catálogos e bases de dados bibliográficas existentes: objetivo cumprido. As descrições são compatíveis com os catálogos e bases atuais, assim como os pontos de acesso. Há necessidade de colher opiniões junto à comunidade bibliotecária sobre como resolver algumas diferenças em pontos de acesso.
- Independência do formato, meio ou sistema utilizado para armazenar ou intercambiar dados: objetivo cumprido.
- Facilidade de adaptação às emergentes estruturas de banco de dados: o teste não verificou esse objetivo, embora haja evidências de que os dados RDA são suficientemente granulares para habilitar novos tipos de apresentação e integração com outras fontes de dados.
- Uso como ferramenta online: objetivo não cumprido.
- Texto em inglês corrente, capaz de ser usado por outras comunidades linguísticas: objetivo não cumprido.
- Facilidade e eficiência de uso, tanto como ferramenta de trabalho, quanto para fins de treinamento: objetivo não cumprido (MODESTO, 2011, p. 1).

A partir desta lista, percebe-se a importância da RDA Toolkit nesta fase de implantação da RDA. Por estar disponível na web (vide figura 1), a RDA *Toolkit* possibilita aos usuários a dar opiniões acerca de possíveis melhorias, principalmente para estes tópicos em que os objetivos ainda não foram cumpridos. São estes feedbacks que viabilizam a publicação de atualizações periódicas na página do site.

Figura 1 - Página da Web de acesso ao RDA Toolkit

Fonte: RDA Toolkit.org (2014).

Como ainda há muitas pendências para serem sanadas no novo código, Modesto (2011) ressalta que o Comitê havia sugerido a adoção da RDA para não antes de janeiro de 2013. O que importa é que “os objetivos estejam substancialmente satisfeitos. Além disto, para se alcançar uma infraestrutura de metadados viável e robusta, a RDA deve ser parte integrante. Neste sentido, correções devem ser analisadas e ações corretivas realizadas e, portanto, é necessário um prazo” (Modesto, 2011, p. 1).

Assim, projetou-se uma lista de recomendações para que se alcancem os objetivos esperados, a saber:

- Reescrever as instruções da RDA de forma clara, inequívoca e em inglês corrente. Em especial confirmar a legibilidade do capítulo inicial. Prazo 18 meses.
- Definir o processo de atualização da RDA no ambiente online. Prazo 03 meses.
- Melhorar a funcionalidade do **RDA Toolkit**. Com base nos dados do teste trabalhar com a **ALA Publishing** (*American Library Association*), para identificar um processo de testes de usabilidade nas melhorias do curso do *Toolkit*. Prazo 03 meses.
- Desenvolver exemplos de registros completos da RDA em MARC e outros esquemas de codificação. Integra-los no Toolkit, incluindo também exemplo para outras comunidades especiais (obras raras, música etc.). Prazo 06 meses.
- Concluir o conjunto de elementos de registros definidos pela RDA. Garantir que o registro seja bem descrito e sincronizado com a nova norma. Prazo 06 meses.
- Apresentar um novo processo confiável de substituição do Formato MARC. Prazo 18 – 24 meses.
- Apresentação de protótipo de entrada e diferentes sistemas que usam o conjunto de elementos da RDA (incluído o relacionamento). Prazo 18 meses.

- Estabelecer esforços de coordenação do programa de treinamento em RDA. Envolver PCC (*Program for Cooperative Cataloging*), ALCTS (*Association for Library Collections and Technical Services*) e outras instituições. Prazo 18 meses. (Modesto, 2011, p.1).

O autor ressalta ainda que:

o Comitê alerta que a adoção da RDA não irá resultar em significativa redução de custos na criação de metadados. Haverá custos inevitáveis e significativos com o treinamento. Porém, benefícios econômicos imediatos, no entanto, não pode ser o único fator determinante no cenário organizacional de uso da RDA. (Modesto, 2011, p. 1).

Entretanto, o que deve ser considerado em um ambiente de mudanças como este proporcionado pela RDA, para além dos custos e trabalho envolvido, é que será oferecida à comunidade biblioteconômica, uma ferramenta que os guiará a uma nova etapa, ou seja, a de dados das bibliotecas em rede, como afirma Oliver (2011).

Além disso,

Um aspecto importante foi a consulta realizada junto aos usuários de bibliotecas. A maioria dos usuários entrevistados (85%) foi favorável aos registros RDA. Eles gostaram da clareza e completeza dos registros, em especial, a eliminação de abreviações e da terminologia em latim, além do abandono da regra de três autores e do aumento do número de pontos de acesso. Apesar dos elogios, para 65% dos entrevistados havia comentários negativos dirigidos para a eliminação do Designação Geral do Material (DGM), e sua substituição pelas categorias: mídias, suporte e tipos de conteúdo, por terem terminologia de difícil entendimento. Observou-se uma falta de conhecimento dos funcionários de bibliotecas e de usuários sobre as opções que podem estar disponíveis para esclarecer e apresentar estes elementos na tela do OPAC (*Online Public Access Catalog* Apud MODESTO, 2011, p. 1).

No último trecho, observa-se que a RDA leva o usuário para além das quatro paredes da biblioteca, abre-lhe o horizonte propiciando o diálogo entre as comunidades de metadados tornando os dados disponíveis e manipuláveis fora do mundo estático do catálogo.

Enfim, por trás de todos os benefícios e comodidades que acarretam a adoção do RDA, só será alcançado todo o seu potencial se houver planejamento, “modelagem e a construção de catálogos que possam refletir a base entidade-atributo-relacionamento presente nos modelos conceituais FRBR e FRAD, de modo que, tendo sido adotado o RDA, possa ser feito uso” (ASSUMPÇÃO, SANTOS, 2013, p. 223), em toda a sua amplitude.

A boa notícia é que muitos estão empenhados em fazer deste projeto um sucesso. Uma vez em funcionamento, cabe aos catalogadores construir seu corpo de dados, para que os usuários sintam as vantagens de se ter uma norma que coloca suas necessidades no centro da atividade, empreendida no momento da pesquisa.

## 4.2.2 Estrutura do RDA

A RDA se estruturou no AACR2, em seus alicerces, como afirma Oliver (2011), porém dele se distancia por objetivar atender a um universo mais abrangente, o digital, que por si só já estabelece uma gama de possibilidades, pois atende a uma rede de dados em linha. Oliver afirma que:

a introdução à RDA dá continuidade à prática adotada pelas AACR que era situar a norma em relação às normas e iniciativas internacionais existentes relativas a dados bibliográficos. As informações que aparecem em 0.2 a 0.4 do capítulo introdutório explicam a relação da RDA com as normas, modelos e princípios atuais internacionalmente aceitos:

- 0.2 Relação com outras normas de descrição e acesso aos recursos
- 0.3 Modelos conceituais em que se baseia a RDA
- 0.4 Objetivos e princípios orientadores da descrição e acesso aos recursos.

(OLIVER, 2011, p. 9).

No tópico 0.2 do capítulo introdutório da RDA, concentra-se uma lista de normas e descrições atuais que contribuíram, também, para seu desenvolvimento e por isso a compatibilidade com eles. Oliver (2011) completa que:

outras normas importantes utilizadas no desenvolvimento da RDA incluem a Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD), o formato MARC 21 para dados bibliográficos e o formato MARC 21 para dados de autoridade. O conjunto de elementos RDA é compatível com a ISBD, o MARC 21 e o Dublin Core. Para mapeamento do conjunto de elementos da RDA com a ISBD e o MARC 21, [...]. A RDA também está em conformidade com a RDA/ONIX *Framework for Resource Categorization* [Estrutura RDA/ONIX para categorização de recursos]. (OLIVER, 2011, p. 10).

Na parte que corresponde ao tópico 0.3, descreve-se os itens que dão forma a RDA e que foram tabulados e formulados sob a égide da IFLA, a saber, o FRBR E O FRAD. “A harmonização com os modelos conceituais teve um grande efeito no conteúdo da RDA e também a fez alinhar-se com um consenso mundialmente aceito sobre a natureza do dado bibliográfico.” (OLIVER, 2011, p. 11).

Já o tópico 0.4 cita a Declaração da IFLA sobre Princípios Internacionais de Catalogação e a RDA. “A Declaração da IFLA sobre Princípios Internacionais de Catalogação inspira os princípios de catalogação adotados na RDA (0.4.1)” (OLIVER, 2011, p. 12).

Com base no exposto, vê-se o FRBR como um modelo conceitual que vem sendo aceito internacionalmente, e que foi originado a partir do “relatório de um grupo de estudos internacional designado pela IFLA para examinar os requisitos funcionais para os registros bibliográficos” (OLIVER, 2011, p. 11), no começo da década de 1990. Esse modelo mudou a

forma como os dados bibliográficos eram entendidos. Madison apud Oliver (2011) afirma que:

a força duradoura dos FRBR está em sua neutralidade em face das convenções bibliográficas e em seu enfoque teórico que incide sobre o usuário, o objeto e a função, o que possibilitou a sua atemporalidade quanto à aplicação”. (MADISON, 2006, p. 15 apud OLIVER, 2011, p. 11).

E Riva apud Oliver (2011) corrobora com essa idéia, pois:

“Desde a divulgação dos FRBR em 1998, tem-se verificado uma reflexão cada vez maior na comunidade bibliográfica em torno das idéias que eles representam. Os FRBR trouxeram para debate uma estrutura unificadora e uma terminologia comum. [...] Desde que eles surgiram, a maior parte dos estudos teóricos, bem como suas aplicações, tem empregado a terminologia dos FRBR. (RIVA, 2007, p. 9-10 apud OLIVER, 2011, p. 11).

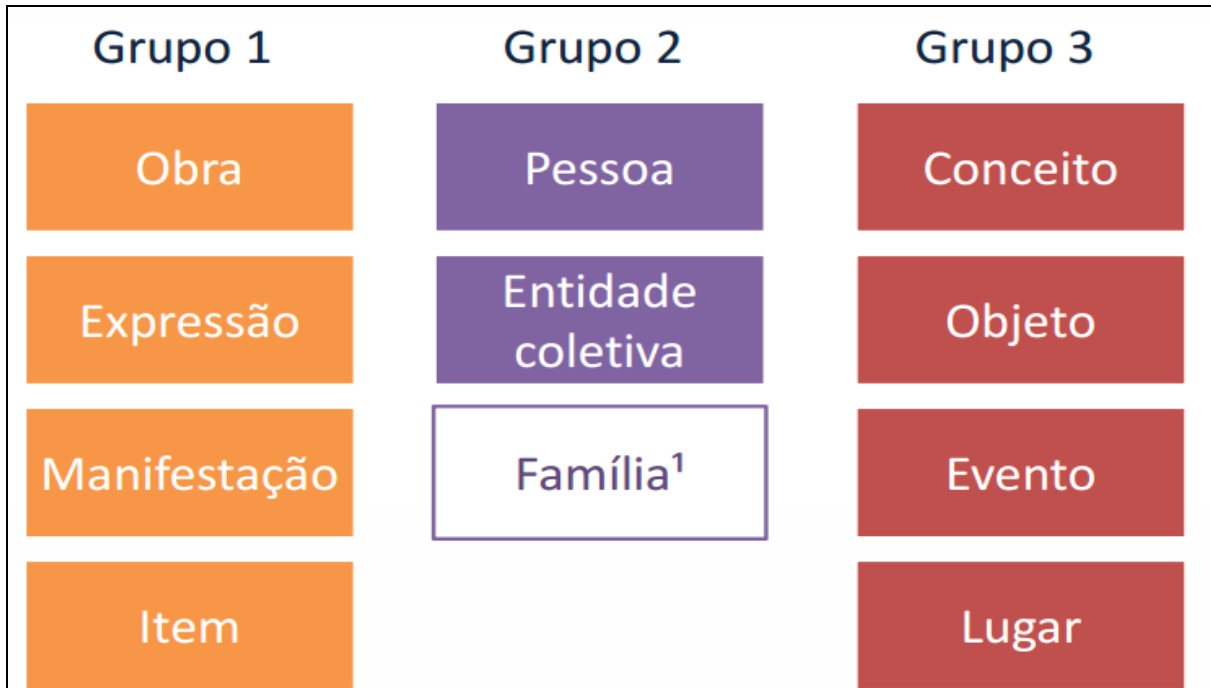
As figuras 2, 3 apresentam uma descrição, a título de exemplo, de uma obra relacionada nos moldes do FRBR e a relação de entidades do mesmo.

**Figura 2 – Exemplo de descrição baseado nos conceitos do FRBR**

<p><b>Obra:</b> Emma (1815), de Jane Austen</p> <p><b>Expressão 1:</b> tradução textual para o português, por Ivo Barroso.</p> <p><b>Manifestação 1:</b> livro publicado por Nova Fronteira, 1996.</p> <p><b>Item 1:</b> Registro do exemplar: 1015.</p> <p><b>Item 2:</b> Registro do exemplar: 1016. Capa danificada. Folha de rosto com dedicatória do tradutor.</p> <p><b>Manifestação 2:</b> E-book disponibilizado no site Amazon.com.br</p> <p><b>Item 1:</b> Acesso restrito à rede de computadores da Universidade de Caxias do Sul</p> <p><b>Expressão 2:</b> edição de Richard Cronin e Dorothy McMillan</p> <p><b>Manifestação 1:</b> livro publicado pela Cambridge University Press, 2005.</p> <p><b>Item 1:</b> Exemplar existente na Library of Congress (Estados Unidos)</p>
---

**Fonte:** Teixeira (2013, p. 36).

**Figura 3 – Entidades do FRBR.**



**Fonte:** Teixeira (2013, p. 27).

Os dados relacionados na ficha da figura 2, podem ser entendidos a partir da observação do grupo 1 da figura 3. Pode-se definir o tópico “obra” como a “criação intelectual ou artística em si. É a obra, sem levarmos em consideração o suporte, idioma, edições, editoras e etc...” (TEIXEIRA, 2013, p. 28). No segundo tópico, o referente a “expressão”, Teixeira (2013, p. 29) o define como sendo a “realização intelectual ou artística da obra. É como se expressa a produção intelectual ou artística de uma obra. Também compreende traduções, interpretações de obra musical e etc.”.

Observando a ficha na figura 2, pode-se averiguar que há duas expressões da obra, ou seja, duas formas de ter acesso a ela. A primeira pode ser realizada através da tradução textual para o português de Ivo Barroco, disponível no formato de livro publicado pela editora Nova Fronteira, em 1996, como mostra o tópico manifestação da ficha. Entende-se “manifestação” como sendo o lugar “onde se expressa à produção intelectual ou artística de uma obra. Suporte físico do item que possui o conteúdo que compõem a obra. A personificação da expressão de uma obra” (TEIXEIRA, 2013, p. 30).

Ainda na primeira “expressão”, observa-se que esta obra também é encontrada manifesta no formato e-book, disponibilizado pelo site Amazon.com.br, na mesma versão traduzida por Ivo Barroco.

Na segunda “expressão” da ficha, a obra é disponibilizada através de um livro editado por Richard Cronin e Dorothy McMillan e publicado por *Cambridge University Press* em 2005.

O tópico “item” é o que hoje entendemos como exemplar. Um ser único na biblioteca. É a partir do item que identificamos qual é a obra inserida nele e qual a sua expressão e manifestação. E como podemos observar na ficha, em linhas gerais, é onde ele está registrado. Os dois primeiros exemplares estão registrados com os códigos 1015 e 1016, porém não ficou claro o destino. Já o terceiro item, o e-book, pode ser encontrado na rede de computadores da Universidade de Caxias do Sul e o último, na Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos.

Tendo por base dois programas conceituais, como citado no tópico 0.3, do capítulo introdutório da RDA, o FRBR e o FRAD, sendo o FRAD uma extensão do FRBR, a RDA se faz atual por focar-se em identificar as tarefas empreendidas pelo usuário e se valer dos dois programas de sua base para demonstrar:

[...] como diferentes tipos de dados bibliográficos e de autoridade servem de suporte à execução bem-sucedida dessas tarefas. Os modelos FRBR e FRAD proporcionam uma base teórica e logicamente coerente para que sobre ela se construa uma prática de descobrimento de recursos que seja melhor para o usuário. (OLIVER, 2011, p. 1).

De acordo com Assumpção e Santos (2013, p. 207), esses modelos conceituais definem entidades, atributos e relacionamentos. Na qual:

uma entidade é aqui entendida como uma coisa ou um objeto, concreto ou abstrato, que pode ser identificado de forma unívoca em relação a todos os outros objetos. Os atributos são as características que um tipo de entidade possui, ou as propriedades descritivas de cada membro de um conjunto de entidades. Os relacionamentos são as associações existentes entre as entidades. (MORENO; MÁRDERO ARELLANO, 2005, p. 26 apud ASSUMPCÃO; SANTOS, 2013, p.207).

Neste último trecho a citação retrata que “os relacionamentos são as associações existentes entre as entidades”, vê-se exemplificada essa fala ao observar, novamente a figura 2, com o modelo de ficha em FRBR. O que se percebe é que em uma mesma ficha, pode-se encontrar objetos afins, porém em lugares diferentes, ou mesmo países, como é o caso da versão do livro existente na LC, nos Estados Unidos e outra, em e-book, em Caxias do Sul - RS.

Neste processo, e sabendo que o FRAD foi concebido como uma expansão do FRBR cobrindo os dados registrados em registros de autoridade, também define entidades, atributos e relacionamentos. No FRAD são mantidas ou, em alguns casos, modificadas, as

definições das dez entidades do FRBR e acrescentadas seis entidades como se pode observado na figura 4.

**Figura 4 – Entidades do FRAD**



**Fonte:** Teixeira (2013, p. 40).

Para ficar claro, citam-se as contribuições de Assumpção e Santos (2013) que descrevem as características de cada tópico acrescentado aos existentes no FRBR para a elaboração do FRAD:

- família – duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união civil ou status legal similar, ou que se apresentem como uma família;
- nome – um caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelo qual uma entidade é conhecida;
- identificador – um número, código, palavra, frase, etc. unicamente associado a uma entidade e utilizado para diferenciá-la de outras no domínio em que o identificador é atribuído;
- ponto de acesso controlado – um nome, termo, código, etc. sob o qual um registro bibliográfico ou de autoridade será encontrado;
- regras – um conjunto de instruções relacionadas à formulação e/ou ao registro de pontos de acesso controlados;
- agência – uma organização responsável pela criação ou modificação de um ponto de acesso controlado (GRUPO DE TRABAJO SOBRE LOS REQUISITOS FUNCIONALES Y NUMERACIÓN DE REGISTROS DE AUTORIDAD, 2009, p. 17-26 apud ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013, p. 208).

Os atributos das entidades do FRAD como afirma Teixeira (2013), foram elaborados justamente para atender as antigas necessidades de catalogadores que careciam de normas, para códigos de catalogação, voltadas para a atividade de Controle de Autoridades.

Em suma, se “a finalidade de registrar dados é apoiar as tarefas do usuário”, (OLIVER, 2011, p. 2) pode-se constatar a veracidade dessa sentença no quadro 1 que demonstra como cada programa auxilia o usuário na execução de suas tarefas.

**Quadro 1 – Tarefas FRBR e FRAD**

Tarefas que usam dados bibliográficos (FRBR)	Tarefas que usam dados de autoridade (FRAD)
Encontrar	encontrar
Identificar	identificar
Selecionar	esclarecer
Obter	compreender

**Fonte:** Adaptado de Oliver (2011).

Assumpção e Santos (2013, p. 206) ressaltam que em 2007, fora adotada uma nova estrutura para a RDA, que “relaciona elementos de dados mais atentamente às entidades do FRBR (obras, expressões, manifestações e itens), presentes na figura 3, grupo 1 da tabela e as tarefas do usuário (encontrar, identificar, selecionar e obter)” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2010a, 4.1 apud ASSUMPCÃO; SANTOS, 2013, p. 206).

Assim, com base em todo o conteúdo exposto, nota-se a tentativa de atender a demanda imposta ao ambiente da catalogação entre 1960 e 2000, no que se refere aos novos recursos que iam surgindo nesse período, alterou qualitativamente a forma como a biblioteca e seus usuários realizam suas atividades.

#### **4.2.3 Comparação entre AACR2 e RDA**

A RDA é um conjunto de instruções direcionado ao ambiente digital que apresenta todo tipo de conteúdo e de mídia que está integrada além da comunidade biblioteconômica.

Não é algo totalmente novo, surgiu a partir de estudos para a atualização do AACR (AACR3). Além disso, visa manter a compatibilidade entre os registros criados com o AACR2 e os registros criados com a RDA.

A *Resource Description & Access* (RDA) é um novo padrão de conteúdo para descrever recursos e permitir o acesso a eles. Ela permite o fornecimento de instruções detalhadas sobre como construir pontos de acesso autorizados amarrando metadados e atributos juntos em uma chave única. Segundo Danskin (2013) a RDA:

é diferente dos seus antecessores, incluindo *Anglo-American Cataloguing Rules*, que se originou em uma época em que a impressão era o principal meio de comunicação. RDA é um dos primeiros códigos de catalogação gerais para ser criada desde que a era digital começou a suplantando impressão como a tecnologia dominante para a comunicação. As reações negativas que saudaram os projetos de RDA e que continuam a serem repetido podem ser atribuídas em parte ao fato de que as instruções de RDA e diretrizes muito parecidas com AACR2. Muitos usuários potenciais estão decepcionados porque sentem que uma mudança tão grande tecnológica exige uma resposta igualmente grande nas instruções; e para alguns, põe em causa a necessidade de RDA em tudo (DANSKIN, 2013, p. 2, tradução nossa).

Partindo deste pressuposto, segue algumas das mudanças estabelecidas tendo o AACR2 como base:

**Figura 5 – AACR2 - ficha**


020 # #	\$a 1855781263
245 0 0	\$a Biochemical journal. \$p Reviews 1996 / \$c edited by A.E. Pegg.
246 1 0	\$a Reviews 1996.
260 # #	\$a London : \$b Biochemical Society : \$b Portland Press, \$c c1997. ←
300 # #	\$a 368p. : \$b il. ; \$c 28 cm. ←
525 # #	\$a Suplemento anual do Biochemical journal (Biochemical Society).
700 1 #	\$a Pegg, A.E.
710 2 #	\$a Biochemical Society (Londres, Inglaterra).

**Fonte:** Adaptado de Ribeiro (2012).

A figura 5, representa uma ficha catalográfica do código AACR2 em formato MARC 21. Destaca-se o campo 300 referente a descrição física do item. Percebe-se que na RDA o campo dedicado a descrição física é colocado na sua forma literal, como pode ser observado na figura 6.



Desta forma, onde se lê, na figura, 1, \$a 368p. : \$b il., em que *p.* é usado para indicar a palavra páginas e *il.* é usado para indicar ilustração. Já na RDA estas palavras estão descritas na sua forma literal.

**Figura 6 – RDA – Alterações: abreviaturas**

<b>Abreviaturas</b>	
<b>O movimento negro entre os anos 20 e 40 do século xx: elementos para...</b>	
LC control no.: 2013346184	
LCCN permalink: <a href="http://lcn.loc.gov/2013346184">http://lcn.loc.gov/2013346184</a>	
Personal name: <u>Souza, Fábio Paiva de.</u>	
Main title: O movimento negro entre os anos 20 e 40 do século XX: Element para consolidação da democracia racial / Fábio Paiva de Souza.	
Published/Produced: Rio de Janeiro : [published not identified], 2013.	
.Descripton:	75 pages : illustrations ; 21 cm 
Content type:	text
Media type:	unmediated
Carrier type:	volume

Fonte: Adaptado de Assumpção (2014).

**Figura 7 – RDA – Alterações: novos elementos**

<b>Novos elementos</b>	
Main Title: AutoCAD Revit : structure suite 2009.	
Published/Created: San Rafael, California, USA : Autodesk Inc., [2008] ©2008 	
Descriptions:	3 DVD-ROMs ; 4 3/4 in. + 2 manuals
Portion of title:	Revit Auto CAD Revit
Related names:	Autodesk, Inc.
Summary:	Software for making structural and architectural plans and designs.
Contents:	AutoCAD 2009 – AutoCAD Structural detailing 2009 – Revit structure 2009.
Subjects:	<u>Structural design – Software.</u> <u>Architectural design – Software.</u> <u>Architectural drawing – Computer-aided design –Software.</u>
Computer file info:	Sistem requirements : IBM-compatible PC, Windows Vista, Windows XP Professional, Home Edition (SP2); Windows 2000 (SP4).
LC classification:	TA658
Content type:	computer program
Media type:	computer
Carrier type:	computer disc 

Fonte: Adaptado de Assumpção (2014).

Ainda observando a figura 5, percebe-se no campo 260, relativo à publicação, distribuição etc., uma pequena alteração no que corresponde ao símbolo de *copyright*. Antes era representado pela letra *c* que acompanhava a data, na RDA passa a ser representado pelo símbolo © que continua acompanhando a data.

**Figura 8 – AACR2 - Alterações no campo de edição**

110 2 #	\$a Igreja Católica. \$b Diocese de Campos (RJ). \$b Bispo (1949 – 1981 : Castro Mayer).
245 1 0	\$a Carta pastoral prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista / \$c [Antonio de Castro Mayer]. ←
250 # #	\$a 3.ed. ←
260 # #	\$a São Paulo : \$b Vera Cruz, \$c 1963.
300 # #	\$a 31, [2] p. ; \$c 23 cm.
500 # #	\$a Titulo da capa.
700 1 #	\$a Mayer, Antonio de Castro.

Fonte: AACR2r em MARC 21. 5. ed.

Na figura 8, no campo 250 do formato MARC, apresenta-se a edição, como se percebe, em forma abreviada. Na RDA o item é transcrito sem abreviatura, como se observa na figura 9.

**Figura 9 – RDA – Alterações: pontuação e transcrição**

<b>Pontuação e transcrição</b>	
<b>LCCN permalink:</b>	<a href="http://lccn.loc.gov/201254142">http://lccn.loc.gov/201254142</a>
<b>Type of material:</b>	Book (Print, Microform, Electronic, etc.)
<b>Main title:</b>	Hecho en Chile : reflexiones en torno al patrimonio cultural / Daniela Marsal, compiladora. ←
<b>Edition:</b>	Primera edición.
<b>Published/Produced:</b>	[Chile] : [publisher not identified] . [2012] [Chile] : Andros Impresores, marzo 2012.
<b>Description:</b>	347 pages: illustrations ; 23 cm
<b>ISBN:</b>	9789563459036
<b>Related names:</b>	<u>Marsal, Daniela, 1977 –</u> <u>Marillard, Carolina. 1972 – Construcción del patrimonio.</u>
<b>Subjects:</b>	<u>Chile – Civilization.</u>
<b>Notes:</b>	Includes bibliographical references.
<b>LC classification:</b>	F3060 .H43 2012
<b>Geographic area code:</b>	s-cl---
<b>Other system no.:</b>	(PE-LiEIC)it201000003772
<b>Content type:</b>	text
<b>Media type:</b>	unmediated
<b>Fonte:</b>	LC

Fonte: Adaptado de Assumpção (2014).

Transcrever uma abreviação para sua forma literal pode ser concebido como uma mudança ínfima. Porém, aos olhos de um indivíduo que não pertença a área, essas pequenas alterações podem facilitar sua orientação para entender como foi realizada a descrição do item. E como afirma Tillett (2009, p. 10 apud SILVA et. al., 2012): “Queremos que a nossa linguagem seja mais precisa para ajudar futuros catalogadores e designers de sistemas a falar a mesma língua”.

Mas, essas não foram as variações mais significativas e contributivas da RDA. Sua maior colaboração diz respeito a inclusão de vários itens em um mesmo campo, por exemplo, sendo estes de origens variadas e formatos distintos como pode-se observar na figura 10 no campo de descrição do item.

**Figura 10 – RDA – Alterações: Designadores de Relacionamento**

**Designadores de Relacionamento**

**Main Title:** Cultural traditions of ironworkers in American’s upper midwest : Archive Green f Project, 2011-2012.

**Published/Created:** 2010-2013.

**Descriptions:** 31 sound files: digital, WAV, 2013.  
 494 photographs : digital. Jpeg files, color. ←  
 16 photographs : digital, tiff files, color.  
 41 items (PDF, .doc) : text files.  
 1 volume (40 p.) : color, illustrations.  
 Manuscripts 1 folder.

**Right Advisory:** Duplication of collection materials may be governed by copyright and other re

**Access advisory:** Collection is open for research. To request materials, please contact the Folklin Rom at <http://hdl.loc.gov/loc.afc/folklife.contact>

**Related titles:** Our tribute to Blair Kennedy : an ironworker & illustrator  
Related names Leary, James P., 1950 – collector, interviewer.  
Halker, Bucky, collector, interviewer.  
Kennedy, Blair, 1923- illustrator.  
Keane, Jmaes, 1948- interviewer.  
Company of Folk  
International Association of Bridge, Structural, Ornamental and Reinforcing irc.

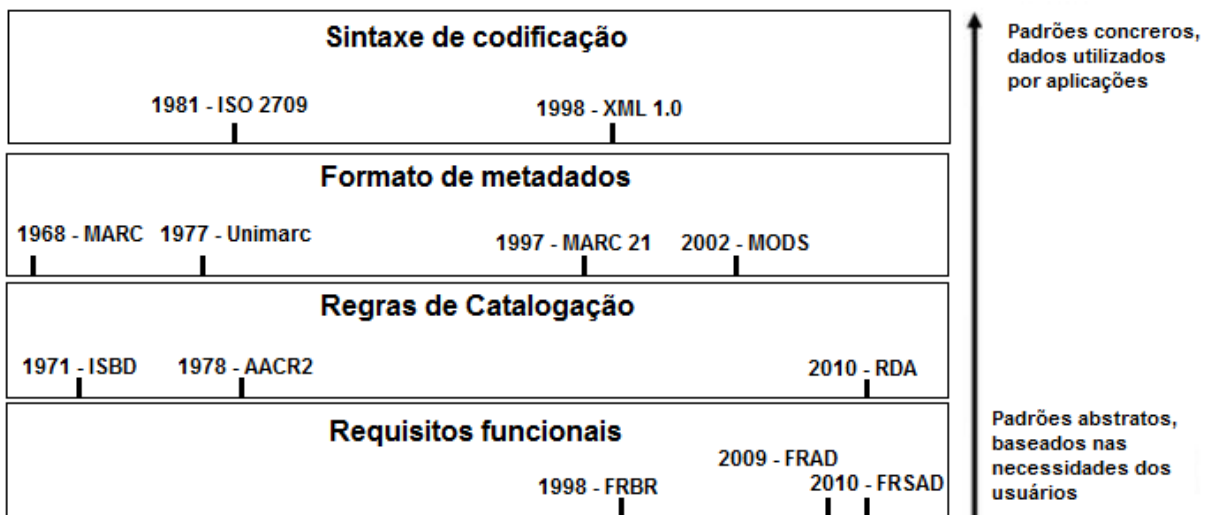
**Fonte:** Adaptado de Assumpção (2014).

Como se pode notar há vários itens relacionados no campo descrição da RDA. Anteriormente, com o AACR2, só se catalogava um item por ficha, figura 8 campo 245, e como afirma Danskin (2013), acima, eram apenas itens de caráter impresso.

Desta forma, a RDA passa a abarcar itens do universo digital como arquivos de áudio e vídeos, documentos de texto em formato pdf, doc, Características de Braille, urls, identificadores de entidades (pessoas, entidades corporativas, obras), língua das pessoas, entre outros.

Assim, mesmo sendo considerado um produto com poucas mudanças, observa-se na linha do tempo abaixo que a RDA é o produto final de uma longa caminhada na busca de aprimoramento da informação. Tem-se um panorama geral do surgimento deste programa e os que o antecederam.

**Figura 11 – Padrões bibliográficos na linha do tempo**



**Fonte:** Fusco (2010, apud SILVA, 2013, p. 23).

O importante é ater-se ao fato que o surgimento de uma nova tecnologia colabora com a necessidade do momento.

Observamos que de 1998 até o momento, houve uma preocupação em atender a demanda gerada pela internet. Assim, surgem os modelos FRBR E FRAD.

Iniciando o processo de mudanças para a catalogação, a divisão IV, Seção de Catalogação da IFLA, criou um Grupo de Estudos que elaborou um documento denominado “Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos” (FRBR), [...]. O documento estabelece conceitos novos incluindo metadados (visando a facilitar a inclusão e a navegação dos dados no meio digital), que, futuramente, darão origem ao novo Código Internacional de Catalogação, cujo o objetivo principal será a satisfação do usuário (SANTOS; CORRÊA, 2009, p. 31-32).

Oliver (2011) citado por Serra et al., (2012) define que:

é baseada em um conjunto de instruções práticas, que é fundamentada em um conceito teórico que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova

padronização. Os principais modelos conceituais são: o FRBR e o *Functional Requirements for Authority Data* – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD). FRAD é um prolongamento do modelo FRBR para dados de autoridade. Ambos identificam e coletam os dados utilizados pelo usuário no processo de pesquisa que formarão uma massa de informação essencial para a otimização dos recursos de todo o processo (OLIVER, 2011 apud SERRA et. al., 2012, p. 114).

Santos e Corrêa (2009) citam o relatório preliminar, apresentado em 2005 no JSC, com a proposta para a construção do padrão RDA. Entre os pontos apresentados, um essencial, diz respeito ao seu alinhamento com os modelos FRBR e FRAD. Isto proporciona a RDA

[...] uma cobertura abrangente de todos os tipos de conteúdos e de mídia, a flexibilidade e extensibilidade necessária para acomodar novos recursos com características diversas, e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos para funcionar dentro de grandes ambientes tecnológicos. (SANTOS; CORRÊA, 2009, p. 55).

Em verdade, o que se pretende com o FRBR é a implementação dos elos existentes em catálogos manuais, intentando-se um entendimento único das regras minimizando as diferenças de interpretação.

Pensando assim, a comunidade Biblioteconômica instaura o FRBR e RDA, com a finalidade de instituir meios mais fáceis de acessar à informação no momento da internet e da Web. Numa linguagem clara, o FRBR pode ser entendido como o recurso que transforma as informações bibliográficas em links, visando “[...] enriquecer não só os serviços das bibliotecas, mas a própria Web, por meio dos mecanismos de buscas presentes nos catálogos de milhares de bibliotecas ao redor do planeta” (SILVA, 2013, p. 23)

Assim, a partir do exposto, pode-se definir que a implantação das novas tecnologias levou a uma importante reflexão do universo da Biblioteconomia. Redefiniram-se os objetivos do catálogo, colocando novamente o foco no usuário de modo a facilitar-lhe o acesso aos registros bibliográficos permitindo encontrar, identificar, selecionar, obter e navegar chegando a informação desejada. Para isso, os FRBR e FRAD são os paradigmas que de encontro com a RDA visam alcançar esses objetivos, pois, supõem relações entre uma ou várias instituições.

Portanto, a continuidade de estudos da RDA, dos registros bibliográficos aos pontos de acesso se torna fundamental para contribuir com a compreensão, reflexão e, por conseguinte o avanço da área.

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O objeto de estudo desta pesquisa é a RDA! A pesquisa buscou compreender a utilização pelas bibliotecas das Universidades Federais do Brasil. A intenção foi conhecer a opinião do profissional bibliotecário perante a utilização do novo código de catalogação e as perspectivas de uso deste código.

### 5.2 EMBASAMENTO TEÓRICO DA METODOLOGIA

Tendo como propósito conhecer as perspectivas dos catalogadores das universidades federais brasileiras quanto ao uso do código de catalogação RDA, a pesquisa foi calcada em duas etapas:

1. Revisão de literatura – Apresentar, a partir da literatura, o código de catalogação RDA, bem como a sua aplicabilidade em comparação ao AACR2.
2. Com os Catalogadores – Levantamento dos dados sobre a adoção do RDA e as suas perspectivas de uso de tal código.

### 5.3 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo em estudo refere-se às bibliotecas das Universidades Federais brasileiras. Pretendeu-se interrogar o catalogador gestor de uma biblioteca de cada universidade federal brasileira, ou seja, 100% do universo em estudo.

### 5.4 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Os tipos de pesquisa considerados mais apropriadas para esta pesquisa de acordo com as definições de Gil (1999) incluem:

**A. Levantamento** - de acordo com Gil (1999), caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise dos dados, obter conclusões correspondente dos dados coletados.

As metodologias de levantamento para o diagnóstico foram:

- Levantamento bibliográfico - refere-se à parte teórica subsidiada por documentos publicados;

- Levantamento de dados - refere-se à parte prática para conhecer a utilização, o conhecimento e as perspectivas de uso do código de catalogação RDA entre os profissionais atuantes nas bibliotecas universitárias federais, por meio da técnica de coleta de dados em forma de questionário.

**B.** Estudo de Campo - caracterizado pela interrogação direta aos catalogadores das IES federais brasileiras.

**C.** Quantitativo - de acordo com Creswell (2007) caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no seu tratamento, por meio de técnicas estatísticas.

**D.** Qualitativo - de acordo com Creswell (2007) é uma forma de entender a natureza de um fenômeno social.

## 5.5 COLETA DE DADOS

### 5.5.1 Técnica de Coleta de Dados

A técnica de coleta de dados selecionada foi o questionário desenvolvido via Google docs e enviado eletronicamente aos participantes da pesquisa. A escolha dessa técnica ocorreu por proporcionar alcance de um número maior de pessoas dentro do tempo disponível para a realização da pesquisa. A partir da escolha, elaborou-se o questionário com perguntas abertas e fechadas, afim de conhecer as perspectivas de uso das RDAs.

### 5.5.2 Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento de coleta de dados selecionado, o questionário eletrônico, foi elaborado a partir dos objetivos específicos e estruturado em quatro partes, a saber:

- **Parte I – Identificação da Instituição**

Composto pelas questões de 1.1 a 1.6 que se referem em geral a identificação da instituição, questionando a quantidade de unidades que compõe o Sistema de Bibliotecas

(SIBI), se a catalogação é centralizada ou descentralizada e se participam de programas de catalogação compartilhada. Pretendeu ainda, conhecer a quantidade de catalogadores que a instituição possui e se atuam na organização de documentos digitais.

- **Parte II – Uso das regras do Código RDA**

Constituída pelas questões 2.1 e 2.2, ambas fechadas com possibilidade de respostas abertas. Estas questões buscaram conhecer se as instituições participantes utilizam o RDA e se não identificar os motivos do não uso.

- **Parte III – Capacitação para o Uso das Regras do Código de Catalogação RDA**

Composta pelas questões 3.1 a 3.4 para conhecer se as participantes estão se capacitando para efetivamente adotar o RDA como código de catalogação. Para tanto, questionou-se participam de eventos da área e/ou de grupos de discussão e se leem e/ou publicam artigos relacionados ao assunto como forma de capacitação profissional.

- **Parte IV – Perspectivas do Catalogador em relação ao RDA**

Esta parte foi constituída de uma pergunta aberta para que o participante relatasse as suas perspectivas com relação ao uso das RDAs.

### **5.5.3 Teste-Piloto**

Objetivando detectar inconsistência e aperfeiçoar a formulação das questões quanto a utilização do código de catalogação RDA pelas bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras e conhecer as suas perspectivas de uso desse novo código, foram realizados no mês de novembro de 2014 quatro testes-pilotos com seus respectivos bibliotecários catalogadores.

Os resultados da coleta de dados motivaram o aprimoramento e a adequação de algumas questões propostas inicialmente no roteiro das entrevistas. Todavia, tais correções não foram significativas a ponto de alterar o teor e a estrutura das questões. Desta forma, segue-se abaixo as análises empreendidas sobre as respostas obtidas.

#### **5.5.4 Realização da Pesquisa Estruturada**

O questionário foi enviado via e-mail para 30 profissionais bibliotecários dos quais havia contato disponível. Isso correspondeu a 47% da amostra selecionada. Os demais 53% ou 34 profissionais restantes da amostra não dispunham de contatos acessíveis para responder as questões.

Dos trinta profissionais relacionados para amostragem, quinze, correspondendo a 50% dos inquiridos, não se dispuseram a responder as questões. Acreditamos que por indisponibilidade de tempo.

No e-mail foi apresentada a importância e finalidade do questionário para a pesquisa realizada. A sondagem ocorreu no início de novembro de 2014.

#### **5.6 TRATAMENTO DOS DADOS**

Para a análise estatística dos dados foi utilizado o Microsoft Office Excel (2007), o qual permitiu a montagem dos gráficos comparativos que ilustram e apoiam a análise dos dados. Para cada questão analisada, foram apresentados gráficos individuais.

### **6 ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados apresenta os resultados alcançados no estudo proposto.

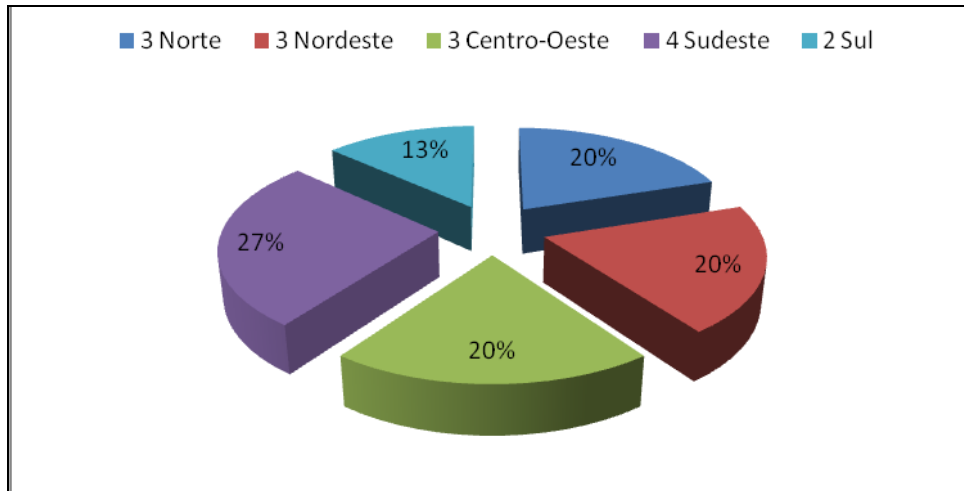
O questionário foi elaborado com dezessete questões abertas e fechadas e estruturadas em quatro partes, as quais serão apresentadas na sequência das partes: Identificação da Instituição; Uso das Regras do Código de Catalogação RDA; Capacitação para o uso das Regras do Código de Catalogação RDA; e por fim as Perspectivas do Catalogador em relação ao RDA.

#### **6.1 PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

A parte I - Identificação da Instituição é composta pelas questões 1.1 a 1.6, as quais buscaram identificar a instituição participante, a quantidade de unidades compõe o SIBI, o tipo de catalogação adotada e se participam de programas de catalogação compartilhada. Estas questões podem contribuir para análise dos dados referentes à motivação e utilização do código RDA. Sendo assim, segue os resultados obtidos.

**Questão 1.1:** Dentre as instituições participantes, 43% da amostra que contabiliza 15 Universidades, sendo que três corresponde a região Norte, três a região Nordeste, três a Centro-Oeste, quatro a região Sudeste e duas a região Sul.

**Gráfico 1 – Instituições participantes**



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

No quadro 2 são listados os nomes das Instituições participantes do estudo dividindo-as por regiões:

**Quadro 2 – Universidades Federais Participantes**

Universidades Federais Participantes		
Quant.	Regiões	Instituições participantes
3	Norte	UNIFAP
		UNIR
		UFAM
3	Nordeste	UFAL
		UFSE
		UFPE
3	Centro-Oeste	UNB
		UFG
		UFMS
4	Sudeste	UFMG
		UFU
		UFJF
		UFOP
2	Sul	UFPR
		UFRGS

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

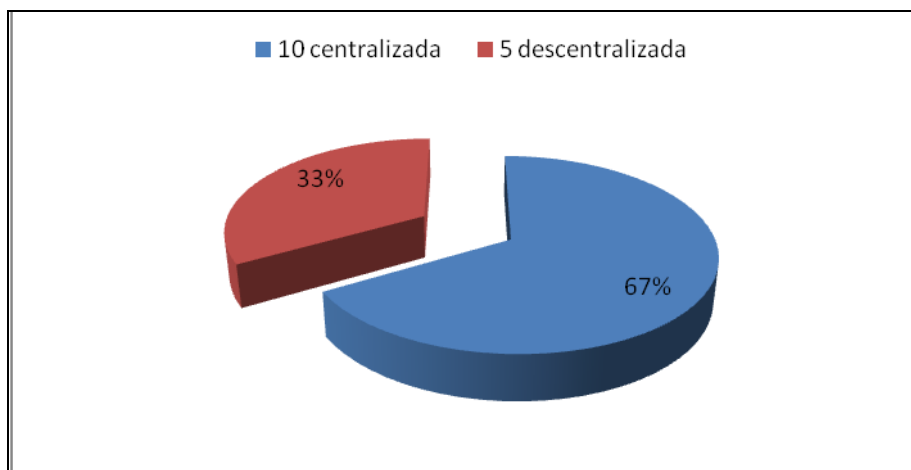
**Questão 1.2:** Esta questão pretendeu saber quantas unidades constituem o Sistema de Biblioteca (SIBI) de cada Instituição participante. Porém, algumas delas não informaram, conforme apresentado no quadro 3:

**Quadro 3 – Número de unidades do SIBI das Instituições participantes**

<b>UNIDADES SIBI DAS INSTITUIÇÕES</b>	
<b>Instituições participantes</b>	<b>Número de Unidades do SIBI</b>
UNIFAP	4
UNIR	8
UFAM	Não informado
UFAL	15
UFSE	6
UFPE	Não informado
UNB	6
UFG	9
UFMS	Não informado
UFMG	7
UFU	8
UFJF	Não informado
UFOP	13
UFPR	Não informado
UFRGS	33

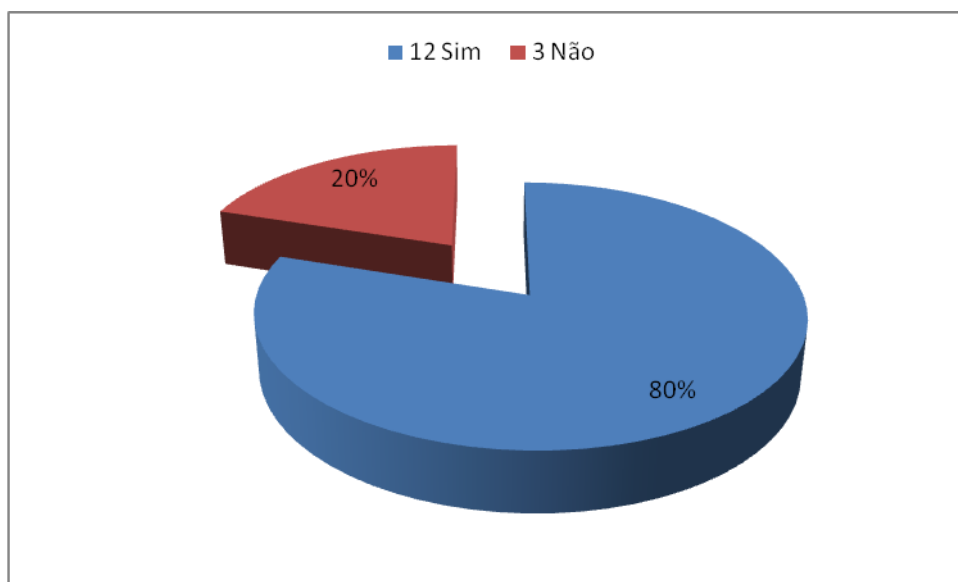
Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

**Questão 1.3:** Nesta questão, pretendeu-se conhecer se a catalogação da instituição respondente é centralizada ou descentralizada. Dos quinze respondentes, dez indicaram fazer a catalogação centralizada e cinco descentralizadas. Entende-se que as cinco instituições possuem mais catalogadores para serem capacitados com as novas regras de catalogação propostas pelo RDA, pois com o sistema de catalogação descentralizada cada unidade dentro SIBI realiza a sua própria catalogação. Enquanto que a catalogação centralizada é feita por uma unidade central e direcionada para as demais unidades da mesma instituição, logo se entende que apenas os catalogadores de uma unidade buscarão atualizações sobre o assunto.

**Gráfico 2 – Tipos de Catalogação**

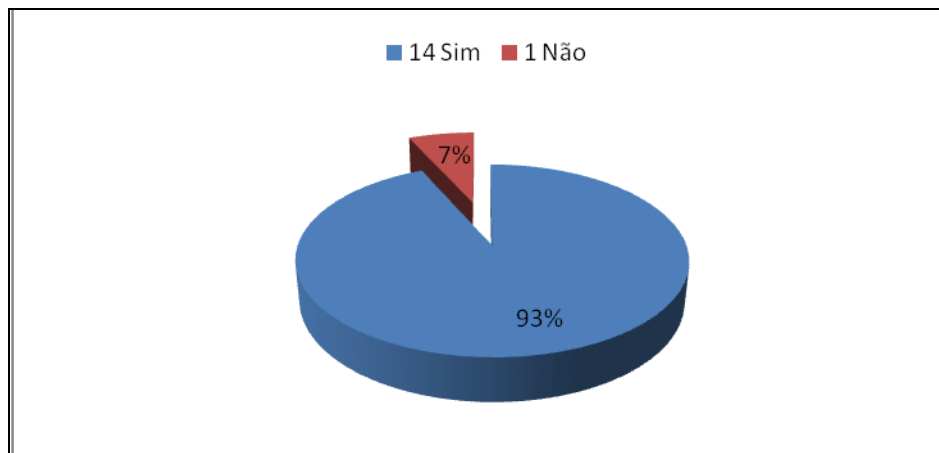
Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

**Questão 1.4:** Esta questão pretendeu saber se as bibliotecas participam de programas de catalogação compartilhada. Como pode-se observar no gráfico 3 doze responderam que sim e três que não. Isso demonstra que maior parte das bibliotecas compartilha os dados catalográficos.

**Gráfico 3 – Programa de catalogação compartilhada**

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

**Questão 1.5:** Quanto a organização de documentos digitais, quatorze instituições participantes afirmaram organizar documentos dessa natureza e uma não. Entendendo-se por documentos digitais: Artigos, teses, dissertações, livros eletrônicos, etc.

**Gráfico 4 – Documentos Digitais**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

**Questão 1.6:** Buscou-se saber o número de catalogadores que atuam no SIBI da instituição participante para se ter uma ideia do tamanho do impacto, caso haja a necessidade de atualizações. Obteve-se como resultado uma instituição com 50 catalogadores, uma com 46 e outra com 20 catalogadores. As demais participantes possui 13 ou menos. O quadro 4 ilustra tais informações.

**Quadro 4 – Número de Catalogadores dos SIBIs Participantes**

<b>NÚMERO DE CATALOGADORES POR INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE</b>	
<b>Instituições participantes</b>	<b>Número de Catalogadores</b>
UNIFAP	8
UNIR	5
UFAM	13
UFAL	9
UFSE	9
UFPE	50
UNB	8
UFG	5
UFMS	9
UFMG	7
UFU	7
UFJF	20
UFOP	13
UFPR	46
UFRGS	Não informado

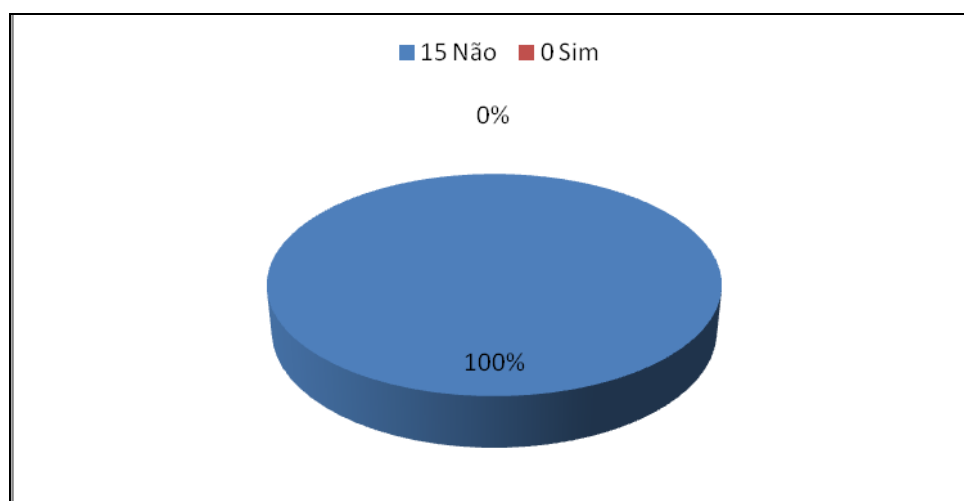
Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

## 6.2 PARTE II – USO DAS REGRAS DO CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO RDA

A Parte II – Uso das Regras do Código de Catalogação RDA, é composta pelas questões 2.1 e 2.2 desta pesquisa. Pretendeu-se obter informações acerca das instituições que adotam o código de catalogação RDA para descrição da informação e daquelas que não adotam, bem como conhecer os motivos do não uso de tais regras. Assim, seguem os resultados obtidos.

**Questão 2.1:** Foi questionado se a IES participante adota o código de catalogação RDA para organização da informação. Obteve-se como resultado que 100% das instituições não adotam o código, como pode ser observado no gráfico 4.

**Gráfico 5 – Utilização do Código RDA**



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

**Questão 2.2:** Perguntou-se os motivos da não utilização do RDA. As respostas dos possíveis motivos foram:

**Quadro 5 – Motivos da não adoção ao código RDA**

<b>MOTIVOS DA NÃO ADOÇÃO AO CÓDIGO RDA</b>	
	Número de Instituições
Por falta de segurança para adotar as novas regras.	2
Tenho acompanhado as discussões, mas conheço pouco das regras.	4
O software de catalogação utilizado pela instituição em que atuo ainda não está parametrizado para o uso das regras RDA.	6
Prefiro aguardar que outras universidades adotem primeiro.	2
Por ser uma questão institucional, a qual não se decidiu pela adoção das regras do código de catalogação RDA.	9
Visualizo a adoção efetiva do RDA em substituição ao AACR2 como uma ação futurística para daqui a 10 (dez) anos ou mais.	3

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Apenas doze instituições responderam seus motivos por não aderirem ao Código RDA. A questão possibilitava marcar mais de uma opção para os possíveis motivos, desta forma, as respostas se contabilizaram de formas variadas.

Dentre as respondentes, duas afirmaram ser por falta de segurança, quatro disseram estar acompanhando as discussões, mas conhecem pouco sobre as regras. Outras seis atestam que o software de catalogação utilizado pela instituição em que atua ainda não está parametrizado para o uso das regras RDA.

Dois Instituições marcaram o tópico em que diz preferir aguardar que outras universidades adotem primeiro. Três selecionaram a opção “visualizo a adoção efetiva do RDA em substituição ao AACR2 como uma ação futurística para daqui a 10 (dez) anos ou mais”.

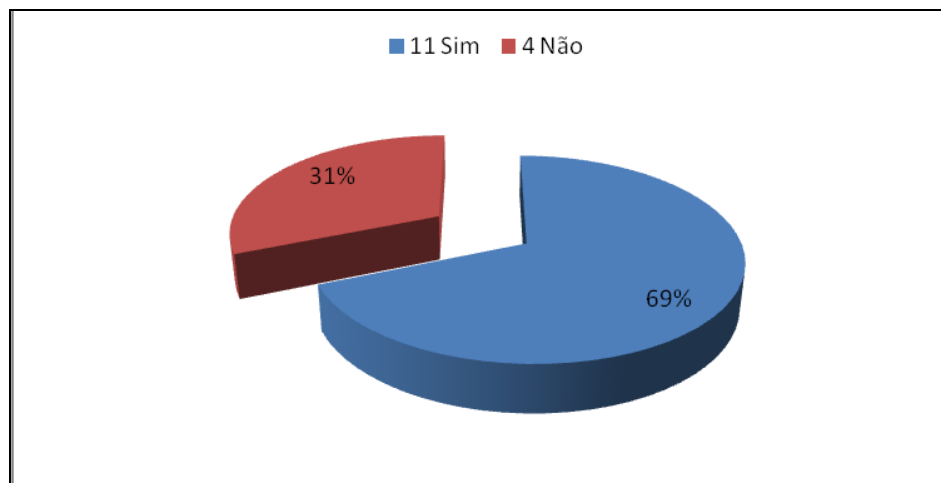
Porém, destas seis opções, a que diz ser por uma questão institucional, a qual não se decidiu pela adoção das regras do código de catalogação RDA, foi a mais marcada, contabilizando um total de nove.

### 6.3 PARTE III – CAPACITAÇÃO PARA O USO DAS REGRAS DO CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO RDA

A Parte III – “Capacitação para o uso das Regras do Código de Catalogação RDA” refere-se às questões de 3.1 a 3.4 e tem como objetivo identificar os profissionais que estão se capacitando para tomar conhecimento da evolução e aplicação do código, frequentando encontros, congressos, seminários, etc. Além disso, se inteirar dos que estão produzindo artigos relacionados ao tema. Assim, seguem-se os resultados obtidos nas questões de 3.1 a 3.4.

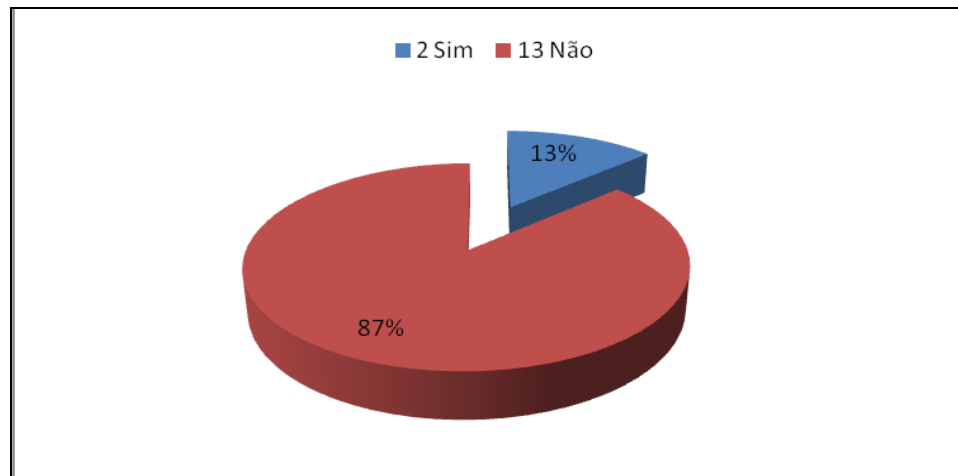
**Questão 3.1:** Onze dos quinze respondentes, contabilizando um total de 69%, afirmaram que participam de eventos para se capacitarem acerca dos estudos e divulgações sobre o código de catalogação RDA. Quatro, contabilizando 31%, disseram não buscar atualizações e capacitações sobre o assunto em eventos:

**Gráfico 6 – Participação em eventos**



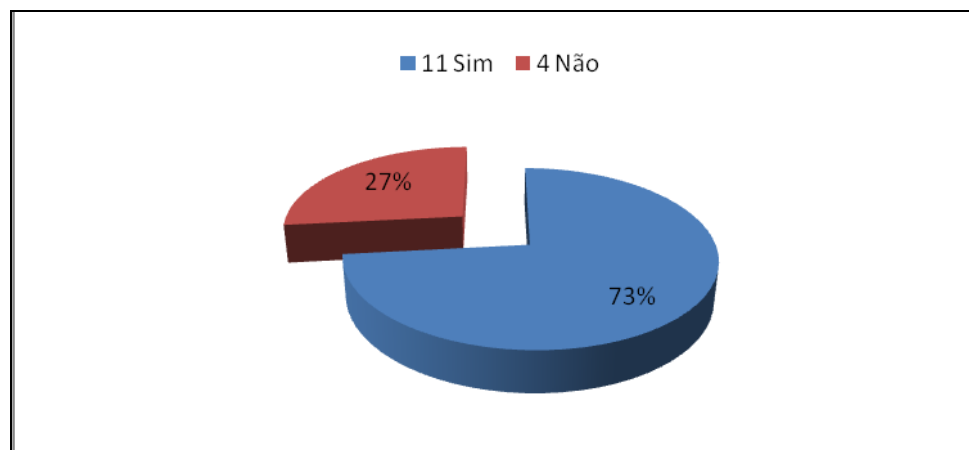
Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

**Questão 3.2:** Esta questão pretendeu conhecer se os profissionais das instituições respondentes participam de grupos de estudos que discutem o assunto. E, como se pode observar no gráfico 6, apenas 13% dos respondentes, em um total de 2, participam de tais grupos. A maioria, 87%, não.

**Gráfico 7 – Participação em grupos de estudos**

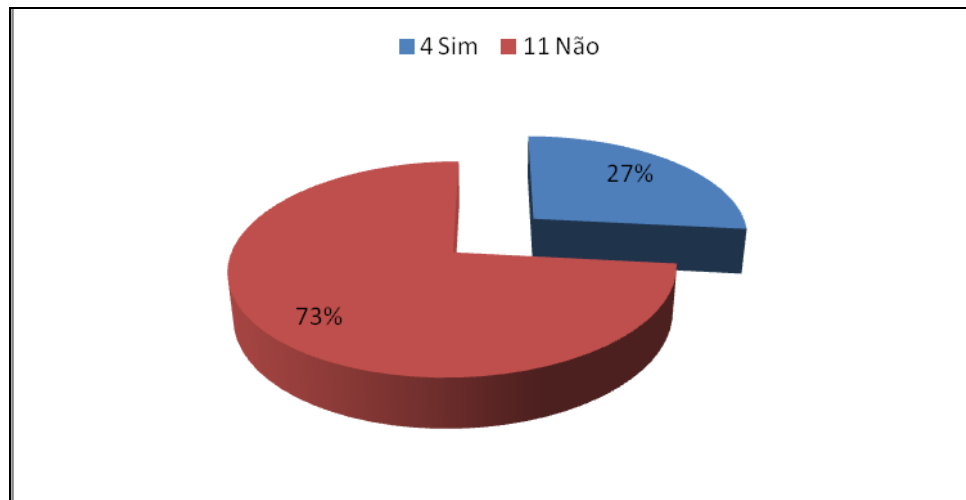
Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

**Questão 3.3:** Procurou conhecer o número de profissionais que leem artigos, relatórios técnicos, resultados de pesquisas, etc, referentes aos estudos sobre o RDA. Dentre os participantes, 11 afirmaram estarem se informado sobre o assunto por meio de leituras, os demais disseram não lerem sobre o código, como se vê no gráfico 7.

**Gráfico 8 – Profissionais que leem sobre o assunto**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

**Questão 3.4:** Nesta questão, sondou-se quantos dos respondentes publicaram artigos relacionados sobre o assunto. A maioria, 11 dos listados, disseram não terem publicado nada relacionado ao assunto. Apenas quatro se dispuseram a realizar tal tarefa.

**Gráfico 9 – Publicação de artigos**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Para as pessoas que responderam sim, foi solicitado que relacionassem o meio de comunicação e circulação que o artigo foi publicado. As alternativas eram: notas de jornais, anais de eventos, artigo de revista, capítulo de livros, livro completo, blogs e outros.

Dos quatro respondentes, um informou que publicou em anais de eventos. Os demais marcaram a opção outros e não descreveram quais outros.

#### 6.4 PARTE IV – PERSPECTIVAS DO CATALOGADOR QUANTO AO USO DO RDA

Na Parte IV – Perspectivas do Catalogador em relação ao RDA buscou-se conhecer as perspectivas dos catalogadores em relação ao novo código de catalogação RDA.

As opiniões dos participantes foram agrupadas de acordo com as ideias expostas. Estes foram divididos em seis grupos com títulos definidos de acordo com o teor de suas respostas, ficando assim definidos: oposição a atualização, falta de suporte para implantação, decisão coletiva, solução para dificuldades atuais, adesão futura e opinião neutra.

No primeiro grupo de respostas que se refere à oposição a atualização, vê-se a objeção literal dos participantes no que se refere à adoção do novo código. Entre as dificuldades encontradas por eles vê-se a insegurança na possibilidade de substituição do código vigente.

Não vejo necessidade de mudança para o RDA. Em recente treinamento, apresentação e comparação com o AACR2, o RDA transpareceu ser muito subjetivo. Não oferece a segurança e a objetividade que a representação descritiva de uma obra

requer ao se preparar um acervo pelos seus pontos de acesso e conteúdos bem definidos. Assim, proporcionando aos usuários, refinamento e diversidade de acesso à informação e ao conhecimento. (Catalogador 9, região Norte)

Percebemos que o RDA facilita o acesso aos usuários, no entanto, dificulta a padronização do serviço de catalogação entre os bibliotecários. (Catalogador 12, região Centro Oeste)

No ponto referente a falta de suporte para implantação da RDA, os respondentes afirmaram que não há grupos organizados, de peso no país, que dê suporte a adesão efetiva do código de catalogação. Outro ponto levantado, refere-se a falta de traduções do novo código e de softwares compatíveis com ele.

Vejo o RDA com algumas reservas, principalmente pela falta de tradução em língua portuguesa do código. Mas percebo também que é uma tendência, mas que principalmente no Brasil ainda se encontra com iniciativas dispersas e sem um grupo robusto para dar um suporte. (Catalogador 8, região Sudeste)

Vejo que o primeiro passo deve ser a adaptação dos softwares ao RDA, após isso, pode ser discutida a sua implementação. (Catalogador 10, região Centro Oeste)

Outro ponto comentado foi o fato da adesão ser uma decisão coletiva. Três dos respondentes levantaram esta questão.

Por se tratar de uma mudança significativa, requer maiores discussões na própria instituição no intuito de vir a utilizar essa forma de catalogação. (Catalogador 1, região Nordeste)

É uma decisão institucional. (Catalogador 6, Região Sul)

Vejo que o primeiro passo deve a adaptação dos softwares ao RDA, após isso, pode ser discutida a sua implementação. (Catalogador 10, região Centro Oeste)

Outro tema frequente entre os respondentes foi a de considerar a RDA como a solução para as dificuldades atuais, principalmente ao catalogar os itens surgidos com as novas tecnologias. Isto considerando que o AACR2 surgiu em um momento em que não se imaginava que elas existiriam e, que não necessitariam de uma mudança tão radical no código atuante. Este argumento apareceu entre seis dos inquiridos.

Vejo como uma solução para atualização do AACR2, o qual não está atendendo com eficácia, principalmente às novas tecnologias. (Catalogador 3, região Sudeste)

Traga amplo e facilitadores subsídios à catalogação. (Catalogador 4, região Nordeste)

Entendemos que o novo código de catalogação RDA terá maior abrangência principalmente no ambiente digital. (Catalogador 7, região Sudeste)

Espera-se resolver as questões em relação aos materiais digitais. (Catalogador 11, região Centro Oeste)

Como está em evidência o uso e disponibilização de documentos digitais e eletrônicos, acredita-se que o Código de Catalogação RDA é a tendência do futuro,

não muito distante, para uma descrição bibliográfica mais coerente e detalhada de documentos. (Catalogador 13, região Nordeste)

Por ser desenvolvido com foco no ambiente digital será uma ferramenta mais eficaz para a catalogação de materiais. (Catalogador 14, Região Sul)

No grupo adesão futura, os catalogadores acreditam na implantação deste. Porém, com as dificuldades referentes à falta de estrutura, a falta de grupos de discussão sobre o assunto, de material traduzido para o português, entre tantos outros problemas já citados, faz com que dois dos respondentes defendam uma adesão lenta.

O novo código RDA demonstra muito potencial para enriquecer a catalogação. Vê-se cada vez mais discussão em torno do assunto e uma perspectiva de que as bibliotecas se envolvam gradativamente a ele. (Catalogador 2, região Norte)

Como toda mudança, acredito que o RDA demore a ser incorporado e usado no Brasil efetivamente. Os fundamentos e visão da nova proposta muito vão contribuir com a descrição documental. (Catalogador 15, região Sudeste)

E por fim, um dos últimos pesquisados, por não ter se inteirado do assunto se colocou em uma posição neutra, pois como afirma: “Não tenho perspectivas ainda não me aprofundei no assunto.” (Catalogador 5, região Norte)

Como pode-se observar, diversas foram às opiniões acerca da adesão do novo código, mas um ponto se torna consenso entre eles, o de ser lento e dificultoso o processo. Pois, muito ainda precisa ser feito para que a RDA se torne acessível à comunidade biblioteconômica brasileira.

## 6.5 CONCLUSÃO DAS RESPOSTAS OBTIDAS NA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

A partir dos dados obtidos com a pesquisa, percebeu-se que os bibliotecários catalogadores das Instituições participantes, apresentam certas preocupações com a chegada da RDA. Para que isso ocorra, serão necessários cursos de capacitação mais substanciais sobre o assunto.

Com esse passo dado, volta-se para a atualização dos softwares utilizados nas instituições, uma vez que os atuais ainda não aderiram ao RDA. Tendo esses dois quesitos atendidos, grande parte das dúvidas e receios provindos das Instituições serão amenizados. Estes pontos foram levantados pelos catalogadores de, praticamente, todas as regiões brasileiras que participaram da pesquisa, excetuando-se a região sul.

Oliver (2011) defende que aderir ao novo código trará grandes vantagens desde o primeiro dia de seu funcionamento. Para o autor:

mudar para a RDA resulta em melhoramentos imediatos e também lança os alicerces para melhoramentos futuros. Existem vantagens que serão notadas logo no primeiro dia, vantagens que precisarão de um conjunto de dados RDA suficientemente grande para que possam ser percebidos, vantagens que dependem de aperfeiçoamento de programas de computador que permitam o aproveitamento completo das mudanças, e, por fim, vantagens que concretizaram em futuros ambientes de Rede (OLIVER, 2011, p. 114).

Mas, para que tais benefícios sejam alcançados, faz-se necessário que os profissionais que atuam na área se envolvam, mesmo com as escassas discussões que existem no momento no país, e passem a contribuir com pesquisas e publicações que abordem o assunto e o torne acessível a todos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RDA representa uma mudança substancial à metodologia empregada no tratamento e disponibilização de itens em um acervo de biblioteca. As mudanças que ela propõe não são abundantes, porém se adaptam a um grande número de línguas e culturas. Além disso, alcança todos os recursos existentes e futuros.

Assim pensa Oliver (2011p. 3), quando descreve as principais características da RDA:

A RDA pode ser utilizada para a descrição tanto de recursos tradicionais quanto não-tradicionais, analógicos e digitais, dentro e fora da biblioteca. Uma característica importante está na forma como foi projetada para “proporcionar uma estrutura coerente, flexível e extensível tanto para a descrição técnica quanto de conteúdo de todos os tipos de recursos e todos os tipos de conteúdos”. Oferece os princípios e as instruções para registros de dados sobre recursos hoje conhecidos e os que ainda venham a ser desenvolvidos. Um grande obstáculo com o que se defronta a AACR foi a descrição de novos tipos de recursos.

Esse trecho expõe mudanças na forma como as características dos recursos e os relacionamentos são identificados. Os modelos encontrados para alcançar esses objetivos são os FRBR e FRAD que juntos, constituem a estrutura da RDA, que encontrou na declaração dos princípios internacionais de catalogação da IFLA, as orientações para o seu desenvolvimento.

A continuidade de estudos da RDA em sua totalidade, dos registros bibliográficos aos pontos de acesso são essenciais para contribuir na compreensão, reflexão e conseqüentemente o avanço da área. E com isto dar maior foco as tarefas do usuário, que consistem em encontrar, identificar, selecionar e obter os recursos.

Pensando no grande número de benefícios que foram elencados no percurso deste estudo, volta-se para seu objeto de análise com o intuito de respondê-los, a saber: As bibliotecas Federais brasileiras estão utilizando o código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA)? Se não, quais os motivos de não estar utilizando? Quais as vantagens do uso do novo código?

No gráfico 4, observa-se que os respondentes, um total de quinze Universidades, disseram não terem adotado o novo código. E dentre os principais motivos estão a falta de segurança, conhecimento do assunto, falta de material traduzido para o português, bem como de grupos robustos que discuta e disseminem o tema, incompatibilidade dos softwares em uso com o novo código, etc.

Dentre as vantagens do RDA em relação ao ACCR2 pode-se destacar a título de exemplo a sua estrutura sólida, integrada e flexível que tem a seu favor as tecnologias de informação e comunicação, a utilização de termos completos em vez de abreviaturas, facilitando a leitura e a compreensão dos resultados pelos usuários, entre outros.

Considerando o andamento da implantação do novo código a nível mundial, como já acontece na LC, na Biblioteca do Arquivo Nacional Quebec, Inglaterra, Austrália, Singapura, etc. Recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas que aprofundem este tema, e que realizem testes de implantação da norma RDA em bibliotecas e redes de bibliotecas brasileiras o quanto antes. Pois, como foi salientado anteriormente, há a necessidade de se falar uma mesma língua, aqui e no restante do mundo, quando se refere a catalogação dos itens do acervo e, a RDA já está a porta das bibliotecas brasileiras.

Desta forma, com estes novos projetos, reforça-se a necessidade de cooperação entre os profissionais, principalmente para o desenvolvimento de estudos que capacitem os profissionais envolvidos e fortaleça a classe bibliotecária. As mudanças não serão realizadas em curto prazo, porém, já podem ser consideradas inevitáveis.

## REFERÊNCIAS

AACR2.ORG. **AACR2 product**. Disponível em:

<[http://www.aacr2.org/uk/products\\_aacr2.html](http://www.aacr2.org/uk/products_aacr2.html)>. Acesso em: 03 dez. 2014.

AACR. *The Concise AACR2, 4th Edition*. 2008.

Disponível em: <[http://www.aacr2.org/us/products\\_concise.html](http://www.aacr2.org/us/products_concise.html)>. Acesso em: 18 dez. 2014

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos**: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G). 2006. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006. Disponível em:

<[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf)

[Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque\\_ac\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

ALCTS. O Futuro da AACR. 2003. Disponível em:

<<http://www.libraries.psu.edu/tas/jca/ccda/future1.html>> Acesso em: 18 dez. 2014

ALVARENGA, L. Organização da informação nas bibliotecas digitais. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (Org.). **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **RDA toolkit**: resource description and access.

ALA, 2010. Disponível em: <<http://www.rdatoolkit.org>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

ANZOLIN, Heloisa Helena. **Atualizações em AACR2**. 2007. Disponível em:

<[http://cobip.pgr.mpf.mp.br/sistema-pergamum/ix-encontro-](http://cobip.pgr.mpf.mp.br/sistema-pergamum/ix-encontro-nacional/20_04_2007/Curso%20AACR2.pdf)

[nacional/20\\_04\\_2007/Curso%20AACR2.pdf](http://cobip.pgr.mpf.mp.br/sistema-pergamum/ix-encontro-nacional/20_04_2007/Curso%20AACR2.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2014.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **Falando sobre RDA**: o que é e o que podemos esperar do novo código de catalogação. 2014. Disponível em: <

<http://fabricioassumpcao.com/2014/03/falando-sobre-rda-o-que-e-e-o-que-podemos-esperar-do-novo-codigo-de-catalogacao.html>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A utilização do *Resource Description and Access* (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 203-262, maio/ago., 2013.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p203/25332>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ALTILLO.COM. **Lista de Universidades Privadas e Federais**. 2014. Disponível em: <

<http://www.altillo.com/pt/universidades/brasil/estado/pernambuco.asp>> Acesso em: 22 dez. 2014.

BAPTISTA, Dulce. Perspectivas da catalogação como descrição bibliográfica e instrumento de recuperação da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22. Brasília DF, 8-11 de julho de 2007. Disponível em:

<[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Catalogacao\\_Perspectivas\\_UnBID-kN7XZjLYz0.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Catalogacao_Perspectivas_UnBID-kN7XZjLYz0.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: Brasilart, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação. 2014. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=94:univs-universidades-federais&catid=110:prestacao-de-contas-2006](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94:univs-universidades-federais&catid=110:prestacao-de-contas-2006)>. Acesso: 15 out. 2014.

BRUNA, Dayane Bruna; ALVES, Emanuele. **Catalogação: análise e parâmetros gerais da representação da informação**. 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Cataloga%C3%A7%C3%A3o%20an%C3%A1lise%20e%20par%C3%A2metros%20gerais%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

CABRAL, Rosimere Mendes. **Bibliotecas de Alexandria: construções políticas da memória**. 2010. 73 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss264.pdf>>. Acesso: 12 nov. 2014.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

COSTA, Francisco José da. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em Administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DANSKIN, Alan. **Linked and open data: RDA and bibliographic control**, 2013. Disponível em: <<http://leo.cineca.it/index.php/jlis/article/viewFile/5463/7897>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL. **O que é a IFLA**. 2013. <<http://acessoht.blogspot.com.br/2013/01/o-que-e-ifla.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

FURRIE, Betty. **O MARC bibliográfico: um guia introdutório catalogação legível por computador**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JSC RDA. **Historic Documents: Emendas de 2005**. 2009. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/2005amend.html>> Acesso em: 18 dez. 2014.

MANDEL, Arnaldo; SIMON, Imre; LYRA, Jorge L. de. Informação: computação e comunicação. In: SIMPÓSIO A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL. 1997, São Paulo. Disponível em <<http://www.ime.usp.br/~is/infousp/imre/imre.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

MERCADANTE, Marília Rodrigues. **Catalogação centralizada**, 2008. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/renatafl/catalogao-centralizada-314107>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília,DF: Briquet de Lemos, 2009.

MODESTO, Fernando. **O AACR2 não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador**. 2008. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=334](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334)>. Acesso em: 23 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **O divórcio do catalogador: AACR2 ou RDA**, 2010. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=559](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=559)>Acesso em: 29 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **No Brasil, o teste da RDA será pelo Enem**. 2011. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=637](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=637)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. **Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2 em MARC 21**. – 5. ed., rev. e atual. – Brasília: Ed. Três em Um, 2012.

SANTANA, Ricardo Gonçalves. Prefácio. In: ALVES, Rangel Cristiana; Santos Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos. **Metadados no domínio bibliográfico**. Rio de Janeiro : Intertexto, 2013.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação: trajetória para um código internacional**. Niterói, 2009.

SERRA, Liliana Giusti. **O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças?**, 2013. Disponível em: <<http://www.abinia.org/catalogadores/13-183-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

SILVA, Eliana Barbosa de Oliveira et al. **Revista CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

SILVA, Luciana Candida da. **Competências essenciais exigidas do bibliotecário frente aos desafios da sociedade da informação: um estudo dos profissionais de Goiânia-GO**. 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Luciana Candida da. **Introdução à RDA**. Slides preparados para aula de Catalogação. Material informal. 2014

SILVA, Luciana Candida da; BAPTISTA, Dulce Maria. Entre a teoria e a prática no ensino do formato MARC 21: a metodologia da Universidade Federal de Goiás. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9. ; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos ...** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.abinia.org/catalogadores/61-209-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

SILVA, Oscar Américo da. **AACR2 e RDA: mudanças e estimativas para Biblioteca Nacional**. 68 f. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2013.

SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Análise do impacto dos requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal**. 2007. 109 f. Dissertação (Mestre em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=343](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=343)>. Acesso: 16 nov. 2014.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; PAES, Denyse Maria Borges. Ferramentas tecnológicas na representação de documentos: abordagem como conteúdo e como instrumentos. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 78-85, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/9925/7511>>. Acesso: 16 nov. 2014.

TEIXEIRA, Marcelo Votto. **RDA: como novo código de catalogação**, 2013. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/rda-apresentacao>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

ZAFALON, Zaíra Regina. **Formato MARC 21 bibliográfico: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos**. São Carlos: EdUFCar, 2009.

## ANEXO A

### **RDA: Utilização do Novo Código de Catalogação pelas Bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras**

Prezado (a) Bibliotecário (a) Catalogador (a),

Sou aluno graduando em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás, orientando da Profa. Ma. Luciana Candida da Silva. Este trabalho tem por objetivo conhecer e analisar como está sendo utilizado o código de catalogação RDA pelas bibliotecas das Universidades Federais Brasileiras e conhecer as suas perspectivas de uso desse novo código. Para a realização da pesquisa, solicitamos por gentileza, que responda ao questionário. Os dados obtidos serão analisados e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e sem a identificação dos respondentes.

Desde já, agradecemos pela colaboração e aguardamos o retorno do questionário respondido.

**Obrigatório \***

#### **Parte I – Identificação da Instituição**

1.1 Nome da instituição participante: \*

---

1.2 O Sistema de Bibliotecas (SIBI) é constituído por quantas unidades? \*

---

1.3 A catalogação utilizada é: \*

centralizada

descentralizada

1.4 A(s) biblioteca(s) da IES participa(m) de programas de catalogação compartilhada? \*

Sim

Não

1.5 A(s) biblioteca(s) da IES organiza(m) documentos digitais? \*

Não

Sim. Quais? \_\_\_\_\_

1.6 Qual a quantidade de catalogadores possui no SIBI em que atua? \*

---

#### **Parte II – Uso das Regras do Código de Catalogação RDA**

2.1 - A instituição de ensino em que você atua utiliza o código de catalogação RDA?

- Não. A IES não adota as regras do código RDA.
- Sim. Utiliza para todas as áreas da catalogação.
- Sim. Parcialmente.

Se a resposta foi Parcialmente, quais os campos adotados?

---

2.2 Se a resposta da questão 2.1 foi Não, marque as opções que sinalizam os motivos da não utilização do Código RDA.

- Por falta de segurança para adotar as novas regras.
- Tenho acompanhado as discussões, mas conheço pouco das regras.
- O software de catalogação utilizado pela instituição em que atuo ainda não está parametrizado para o uso das regras RDA.
- Prefiro aguardar que outras universidades adotem primeiro.
- Por ser uma questão institucional, a qual não se decidiu pela adoção das regras do código de catalogação RDA.
- Visualizo a adoção efetiva do RDA em substituição ao AACR2 como uma ação futurística para daqui a 10 (dez) anos ou mais.

Outros motivos que justificam o não uso das regras do RDA. Quais?

---

### **Parte III – Capacitação para o Uso das Regras do Código de Catalogação RDA**

3.1 Participa de palestras sobre as RDAs em eventos como encontros, congressos, seminários e simpósios como forma de capacitação profissional? \*

- Sim
- Não

3.2 Participam de grupos de discussão sobre o desenvolvimento do RDA? \*

- Sim
- Não

3.3 Leem artigos, relatórios técnicos, resultados de pesquisas sobre o RDA? \*

- Sim
- Não

3.4 Já publicou artigos relacionados ao assunto? \*

- Sim
- Não

Se sim, em qual meio de comunicação e circulação? \*

- Notas de jornais

- Anais de eventos
- Artigo de revista
- Capítulo de livros
- Livro completo
- Blogs
- Outros

#### **Parte IV – Perspectivas do Catalogador em relação ao RDA**

4.1 Quais são as suas perspectivas em relação ao novo código de catalogação RDA?